

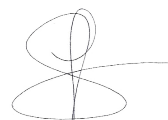


Autorizado através do Decreto-Presidencial nº 168/12, de 24 de Julho de 2012
Diário da República de Angola Iª Série nº 141 de 24 de Julho de 2012

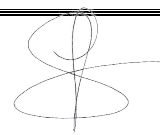
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI, 2020 - 2035

ÍNDICE:

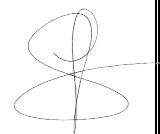
SUMÁRIO	4
I- CONTEXTO INSTITUCIONAL	5
1.1. APRESENTAÇÃO.....	5
1.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	7
1.2.1. Missão, Visão e Valores (MVV):.....	7
1.2.2. Objectivos.....	7
1.2.3. Metas e Resultados – Impacto económico, social e cultural	9
1.2.4. Análise da Envolvente Interna e Externa.....	11
1.2.5. Oferta formativa	14
1.2.6. Visão para 2020 – 2035	14
1.3. PREMISSAS DE DESENVOLVIMENTO 2004 - 2022	14
1.4. SITUAÇÃO INFRA-ESTRUTURAL.....	16
1.5. AVALIAÇÃO DAS FRAQUEZAS E POLÍTICAS ESTRATÉGICAS	17
II. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INSTITUCIONAIS.....	20
2.1. ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÉMICA	20
2.2. DIRETRIZES PEDAGÓGICAS VIGENTES.....	22
A) Indicação do modo de organização do processo de ingresso.....	23
B) Admissão de estudantes	23
C) Carga horária dos docentes	24
2.2.1. Admissão de discentes	24
2.2.2. Calendário académico	24
2.2.3. Programas curriculares e carga horária	25
2.2.4. Eventos académicos.....	25
2.2.5. Avaliação de conhecimentos	26
2.2.6. Organização e apoio aos estudantes	28
A) Organização e Gestão do Ensino.....	29
2.2.7. Apoio aos docentes no processo de ensino aprendizagem.....	31
2.3. DIRETRIZES REGULAMENTARES DO ENSINO	32
III. ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA DOS ASSUNTOS CIENTÍFICOS E PÓS-GRADUAÇÃO	33
3.1. MATRIZ ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL	33
3.2. ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS	34
3.3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	35
3.4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	35
3.5. PRESSUPOSTOS SUSTENTADORES DOS VALORES.....	36
IV: DISPOSITIVOS ORGANIZACIONAIS E GOVERNANÇA.....	37
4.1. CONSELHO DIRECTIVO E ÁREAS ESTRATÉGICAS	37
4.2. PERFIL DO CORPO EXECUTIVO	37



4.3.	PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS	38
4.3.1.	<i>Processos de contratação</i>	38
4.3.2.	<i>Modelo de contrato-promessa</i>	39
4.3.3.	<i>Modelo de Contrato para docentes, pessoal administrativo e auxiliar</i>	39
4.4.	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	39
V: PREMISSAS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO		40
5.1.	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	40
5.1.1.	<i>Alinhar a instituição ao contexto regional</i>	40
5.1.2.	<i>Fortalecer a instituição para os desígnios nacionais do ensino superior</i>	40
5.1.3.	<i>Afirmação académica e científica</i>	40
5.1.4.	<i>Cooperação, Intercâmbio e Internacionalização</i>	41
5.2.	CICLOS ESTRATÉGICOS	42
5.2.1.	<i>Período 2020 – 2025</i>	42
5.2.2.	<i>Período 2025 – 2030</i>	42
5.3.	ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO	43
5.3.1.	<i>Novos Cursos de licenciatura</i>	43
5.3.2.	<i>Pós-graduação profissionalizante</i>	44
5.3.3.	<i>Pós-graduação conducente ao grau académico</i>	44
5.3.4.	<i>Organização da pesquisa aplicada</i>	44
5.4.	PREMISSAS DE REORIENTAÇÃO ORGÂNICA E FUNCIONAL	45
5.4.1.	<i>Modelo da Estrutura organizacional</i>	45
5.4.2.	<i>Modelo da Função departamental</i>	45
5.4.3.	<i>Modelo dos Serviços administrativos e auxiliares</i>	46
5.4.4.	<i>Edificações</i>	47
5.5.	ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE LICENCIATURA	47
5.5.1.	<i>Curso de licenciatura em Economia e Gestão</i>	48
5.5.2.	<i>Curso de licenciatura em Odontologia</i>	48
5.5.3.	<i>Curso de licenciatura em Contabilidade e Auditoria</i>	49
5.5.4.	<i>Curso de licenciatura em Análises Clínicas e Saúde Pública</i>	50
5.6.	SEGMENTO DA PROFISSIONALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	51
5.6.1.	<i>Cursos avançados de curta duração</i>	51
5.6.2.	<i>Curso de Pós-graduação profissionalizante em Gestão Aplicada</i>	52
5.7.	ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DA FORMAÇÃO AVANÇADA	53
5.7.1.	<i>Curso de Mestrado em Economia e Gestão Aplicada</i>	53
5.7.2.	<i>Curso de Mestrado em Economia e Políticas Públicas</i>	53
5.7.3.	<i>Curso de Mestrado em Economia e Desenvolvimento Regional</i>	54
5.8.	ALINHAMENTO DAS NOVAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS	54
VI: ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS		56
6.1.	ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS NO QUADRO DOS OBJECTIVOS	56
6.2.	ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS DE MELHORIA DA QUALIDADE ACADÉMICA.....	57
6.3.	ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS EM RECURSOS DE PESQUISA E INOVAÇÃO.....	57
6.4.	ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA	58
6.5.	ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	58
6.6.	ESTRATÉGIAS EM FONTES FINANCEIRAS.....	59
6.7.	ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTOS.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		60
ANEXOS.....		61



ANEXO 1: INDICADORES INERENTES A OFERTA FORMATIVA	62
ANEXO 2: MODO DE ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES: (PROPÓSITOS DO PDI).	64
ANEXO 3: PREVISÃO DE MECANISMO DE PROMOÇÃO DE RECONHECIMENTO DE MÉRITO DOS ESTUDANTES	65
ANEXO 4: PREVISÃO DE ACTIVIDADES EXTRA-CURRICULARES COM OS ESTUDANTES (DESPORTOS, MÚSICA, TEATRO, DANÇA).....	65
ANEXO 5: PREVISÃO DE ACTIVIDADES DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL, APOIO PSICOLÓGICO, PSICO-PEDAGÓGICO E ACONSELHAMENTO DE CARREIRA.....	66
ANEXO 6: PREVISÃO DE PROGRAMAS DE APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES	66
ANEXO 7: PREVISÃO DE NORMAS DE ACESSO A SERVIÇOS DE APOIO AOS ESTUDANTES (CANTINA, POSTO MÉDICO, SERVIÇOS BANCÁRIOS, ...)	67
ANEXO 8: PREVISÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS ÓRGÃOS COLEGIAIS (ASSEMBLEIA, CONSELHO PEDAGÓGICO)	67
ANEXO 9: ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES: (PROPÓSITOS DO PDI).	67
ANEXO 10: PREVISÃO DE MECANISMO DE PROMOÇÃO DE RECONHECIMENTO DE MÉRITO DOS ESTUDANTES ..	68
ANEXO 11: PREVISÃO DE ACTIVIDADES EXTRA-CURRICULARES COM OS ESTUDANTES (DESPORTOS, MÚSICA, TEATRO, DANÇA).....	68
ANEXO 12. PREVISÃO DE ACTIVIDADES DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL, APOIO PSICOLÓGICO, PSICO-PEDAGÓGICO E ACONSELHAMENTO DE CARREIRA.....	69
ANEXO 13. PREVISÃO DE PROGRAMAS DE APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES.....	70
ANEXO 14. ESPAÇO DE ENSINO	71
ANEXO 15: REVISÃO CURRICULAR	72
ANEXO 16: QUADRO DESCRITIVO DAS FUNÇÕES DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO PDI	73



SUMÁRIO

O Instituto Superior Politécnico de Cabinda - ISPCAB é uma instituição de ensino superior sediada na Província de Cabinda. No presente instrumento de planeamento, traduzido como seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, apresenta as linhas mestras para a sua identidade, missão e directrizes pedagógicas que orientam a acção científica e pedagógica, afirmação da sua estrutura organizacional e análise das actividades que desenvolve com realce no período de vigência do presente instrumento. O PDI é um instrumento de planeamento estratégico e de gestão que contém a missão, visão, valores, estratégias e acções para atingir metas e objectivos planeados pelas instituições de ensino. Serve para orientar a instituição no alcance de suas metas e objectivos planeados nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, administração e desenvolvimento institucional, além de servir como referência para os processos de avaliação, credenciamento e reconhecimento das instituições de ensino superior junto do ministério de tutela.

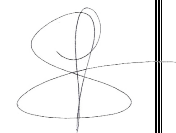
A elaboração do presente PDI teve início em Janeiro de 2020, construído atendendo a participação da Comissão Técnica criada por Ordem de Serviço nº 003/DG/ISPCAB/2020 do Director Geral, integrando responsáveis da instituição.

A comunidade académica participou através dos departamentos de ensino e investigação em Enfermagem, Relações Internacionais, Gestão e Contabilidade, Engenharia Informática e Arquitetura e Urbanismo que, em colaboração institucional com a Associação dos Estudantes, promoveu auscultações e debates sobre temáticas como a revisão curricular e as premissas de desenvolvimento do ISPCAB, no período de vigência do PDI, contributos acolhidos na formulação do documento final.

O documento é concebido em seis eixos: contexto institucional, directrizes pedagógicas vigentes, estratégias da área científica e pós-graduação, estrutura organizacional e governança, premissas de crescimento e desenvolvimento e estratégias financeiras. No primeiro eixo do PDI, é levantado o perfil institucional, desde a missão, visão, valores, objectivos e análise das variáveis internas e externas baseando-se da matriz SWOT, bem como elementos caracterizadores da organização e funcionamento da instituição. Nos demais eixos, procura-se evidenciar as valências pedagógicas, a organização da área científica, realçando a necessidade da revisão curricular do projecto pedagógico vigente e remodelação parcial nos elementos das áreas estratégicas institucionais.

O documento final é revisado pelo Prof. Doutor João Maria Funzi Chimpolo.¹ Trata-se de um documento da instituição que foi amplamente discutido, quer a nível da comissão técnica, quer a nível dos actores e partícipes da instituição.

¹ Professor da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Consultor e Professor Convidado do Instituto Superior Politécnico de Cabinda



I- CONTEXTO INSTITUCIONAL

Procura avaliar a instituição do ponto de vista das suas fortalezas, fraquezas e elementos do ambiente externo a fim de direccionar as premissas de crescimento e desenvolvimento. Neste sentido, apresenta-se como indispensável, a avaliação dos indicadores de desenvolvimento definidos no período 2004-2022. Inclui o asseguramento de estratégias e políticas de transformação das fraquezas.

1.1. Apresentação

O Instituto Superior Politécnico de Cabinda, com sede no Bairro Cabassango, é uma IES que nasceu da estratégia de expansão da UPRA na República de Angola. Foi criado e oficializado por Decreto-lei nº 168/12 de 24 de Julho de 2012, publicado em Diário da Republica de Angola Iª Série nº 141 de 24 de Julho de 2012.

O ISPCAB está implantado na Província de Cabinda, Município sede da capital da Província com o mesmo nome, cuja actuação tem por base todo o território nacional, a fim de cumprir com as exigências da sociedade angolana. É do mesmo promotor da Universidade Privada de Angola - UPRA, dependendo verticalmente do seu Conselho de Administração. Instalou-se em Cabinda no ano de 2003, funcionando na sua fase inicial como Núcleo do Instituto Superior Privado de Angola - ISPRA e depois, Universidade Privada de Angola – UPRA, Campus de Cabinda. Em 2012, atendendo a nova forma de organização do ensino superior em Angola, a instituição passou a ter autonomia no domínio científico, académico, administrativo, financeiro e patrimonial.

O presente PDI vem reafirmar o seu papel como IES na região, tendo em conta os diplomas legais vigentes na República de Angola, principalmente o Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro e Decreto Executivo nº 27/11, de 23 de Fevereiro, os pressupostos científicos e globais, linhas de actuação académica da instituição e experiência dos professores e funcionários.

O corpo Directivo do ISPCAB é composto por um Director Geral, designado pelo Conselho de Administração do Centro de Estudos de Angola – CREA, coadjuvado por um Director Geral adjunto para área académica e vida estudantil, um Director Geral adjunto para área científica e pós-graduação e um Secretário-geral, que atende a direcção administrativa, recursos humanos, financeira e patrimonial, nomeados pelo Director Geral.

O órgão executivo contempla 5 (cinco) chefes de Departamentos que coordenam os cursos de graduação ministrados em Enfermagem, Arquitectura e Urbanismo, Gestão e Contabilidade,

Engenharia Informática e Relações Internacionais. Em 2019, a IES completou 16 anos de funcionamento na Cidade de Cabinda, um período de 3 ciclos estratégicos na gestão do Instituto, pelo que elabora o presente instrumento estratégico para o período 2020-2030, representando um instrumento de planeamento estratégico e de gestão.

A IES mantém o compromisso de servir Angola no geral e Cabinda em particular, sem se esquecer do carácter universal da sua produção nas áreas do conhecimento, estabelecer as linhas da sua reorientação estratégica para os cursos de licenciatura e iniciar investimentos na formação avançada.

Portanto, o Instituto Superior Politécnico de Cabinda é produto da expansão da Universidade Privada de Angola (UPRA), que por sua vez teve início no Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA), com sede em Luanda, uma instituição de ensino superior que iniciou a sua actividade no ano 2000. Por sua vez, o ISPRA Cabinda foi inaugurado aos 12 de Julho de 2003 em instalações provisórias arrendadas, no Centro de Conferências do Simulambuco, com os cursos de Arquitectura e Urbanismo, Enfermagem, Gestão e Contabilidade, Engenharia Informática e Relações Internacionais, teria assim 3 Departamentos de Ensino e Investigação.

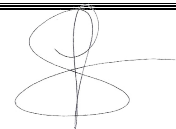
Em 2007, o ISPRA passou a Universidade Privada de Angola, com um pólo em Cabinda e outro no Lubango, o que vem evidenciar a sua tendência no cenário nacional.

De salientar que do universo de alunos admitidos nos 5 cursos, nos últimos 8 anos, 982 terminaram a formação, tendo sido outorgados no grau de licenciatura 582 Profissionais, conforme a distribuição por curso, que se pode ver abaixo:

Quadro 1 – Estudantes que terminaram a formação no período de 2012-2020

Curso	Fr.	%
Graduação em Enfermagem	367	37
Graduação em Gestão e Contabilidade	199	20
Graduação em Relações Internacionais	210	22
Graduação em Arquitectura e Urbanismo	35	4
Engenharia Informática	171	17
Total	982	100

Fonte: Serviços Académicos do ISPCAB



Quadro 2 – Estudantes Outorgados no período de 2012-2020

Curso	Fr.	%
Graduação em Enfermagem	255	44
Graduação em Gestão e Contabilidade	113	19
Graduação em Relações Internacionais	105	18
Graduação em Arquitectura e Urbanismo	30	5
Engenharia Informática	79	14
Total	582	100

Fonte: Serviços Académicos do ISPCAB

1.2. Avaliação Institucional

As IES apresentam-se com uma missão numa perspectiva pluridimensional. O ISPCAB mantém a sua vocação em quatro pilares, sendo, o ensino, a investigação, a extensão universitária e a prestação de serviços que valorizem a sociedade, o Estado e as suas instituições, incluindo a difusão científica e cultural.

1.2.1. Missão, Visão e Valores (MVV):

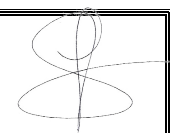
Neste contexto, o ISPCAB procura articular o ensino, pesquisa, extensão e assistência, cultura da paz, democratização, defesa do ambiente e prestação de serviços aos estudantes e a sociedade no seu compromisso social, institucional, académico e pedagógico no cumprimento das leis e demandas do mundo e do conhecimento. O ISPCAB assegura a sua visão na perspectiva de aprimorar os valores da ciência e do conhecimento para se tornar uma instituição de ensino superior de referência na República de Angola.

▪ Valores

- ✓ Promoção de excelência académica, humanismo e solidariedade;
- ✓ Estreitamento da relação entre os pilares de ensino e extensão;
- ✓ Boa prática de gestão académica e administrativa;
- ✓ Imparcialidade no tratamento da comunidade académica;
- ✓ Respeito e valorização dos direitos humanos.

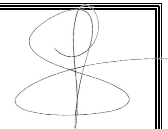
1.2.2. Objectivos

O objectivo define as linhas de perspectiva a desenvolver que proporcione valor acrescentado à situação de partida (Carvalho, 2009: 152).



Assim sendo, o objectivo geral indica de forma genérica, o que se pretende, que metas a alcançar. Nos marcos da sua existência como instituição do mesmo promotor, o ISPRA traçou objectivos para o período 2004 – 2022, tendo sido concretizados através dos resultados que apresenta. Neste prisma, realça os objectivos a prosseguir no quadro do desenvolvimento institucional 2020 – 2030. Pelo presente PDI, pretende-se estabelecer e desenvolver estratégias de consolidação dos cursos de licenciatura ministrados, criação de novos cursos de licenciatura e dar início ao programa de estudos avançados através de projectos titulados, alinhados à estratégia de desenvolvimento regional e local, através da combinação de factores preponderantes aplicados às políticas económicas, sociais, ambientais e culturais adequadas. Neste sentido, o alinhamento faz-se mediante objectivos específicos do Plano de Desenvolvimento Institucional:

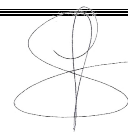
- Disseminar eventos científicos e académicos que assegurem o conhecimento e a inovação, tendentes à afirmação da instituição no contexto regional, modernização institucional e melhoria dos mecanismos de participação dos seus actores;
- Implementar mecanismos de interacção com os docentes por departamento e por curso para afirmação institucional no processo de harmonização curricular e revisão dos planos de estudo do projecto pedagógico institucional em vigor;
- Assegurar a formação diferenciada ao pessoal docente e não docente do ISPCAB, a médio prazo;
- Desenvolver projectos de pesquisa científica, titulados pelo ISPCAB, que venham acrescentar valor na sua oferta formativa;
- Formar recursos humanos sendo um propósito alinhado as exigências da actualidade que vão de encontro aos propósitos da globalização e do desenvolvimento regional;
- Formar quadros nas áreas de ciências sociais a nível de Pós-graduação;
- Alcançar a cifra de 80% de docentes efectivos, com uma base sólida no quadro de pessoal Professor-Investigador, fomentar a formação e qualificação de docentes;
- Estabelecer diálogo permanente entre o ISPCAB e a sociedade;
- Apoiar a participação de docentes e investigadores em conferências e outros eventos de carácter científico nacionais e internacionais;



- Contribuir através de projectos titulados na tomada de decisões por parte de entidades públicas e privadas ao nível local e nacional;
- Aprofundar as parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil para os propósitos do estágio curricular dos finalistas;
- Diversificar as fontes de financiamento para o incentivo ao ensino, investigação e extensão universitária;
- Criar condições que assegurem políticas de crescimento profissional dos docentes e funcionários não docentes, através do plano de carreira;
- Implementar cinco (5) novos cursos de graduação nas áreas promissoras do conhecimento científico e saberes;
- Estreitar relações e parcerias institucionais que facilitem a promoção do ensino e extensão, no propósito de disseminar o conhecimento científico e valores humanos na comunidade académica e social;
- Participar dos projectos de integração regional através da cooperação científica e cultural com instituições de ensino superior estrangeiras;
- Contribuir no desenvolvimento local das comunidades através de projectos concretos no âmbito do ensino, da investigação científica, inovação e extensão universitária;
- Disponibilizar uma plataforma digital integrada de acesso e consulta de informações institucionais e académicas;
- Implementar uma área de Comunicação Institucional, Marketing, Cooperação e Intercâmbio;
- Criar uma plataforma de edição e publicação de artigos, monografias, dissertações e outros resultados de investigação científica;

1.2.3. Metas e Resultados – Impacto económico, social e cultural

Ao instalar-se na Província de Cabinda, o Núcleo da UPRA havia definido como meta a sua participação no desenvolvimento académico-científico na região académica III. Volvidos 17 anos, é possível perceber a contribuição da instituição na formação de profissionais e quadros na região.



O ISPCAB lecciona cursos de licenciatura, habilitando-se para incluir cursos de pós-graduação, a nível da profissionalização, especialização, mestrado e doutoramento. Actualmente, a instituição ministra 5 (cinco) cursos, tendo lançado até 2019, 1.101 (mil, cento e um) licenciados, distribuídos nos cursos de graduação.

Através do seu projecto pedagógico, a instituição evidencia que todos os cursos convergem na actuação dos profissionais com maior inclinação a acções viradas ao desenvolvimento humano, ambiente, ferramentas de economia e de gestão, estratégias e políticas de interesse geral.

Quer o gestor, o enfermeiro, o arquitecto, o engenheiro informático e o profissional de relações internacionais, todos lidam com instrumentos de política, economia e gestão. A IES acompanha as dinâmicas sociais, económicas e ambientais através dos processos políticos integrados na componente educacional. Para o período de vigência do presente PDI, a instituição pretende:

- 1.2.3.1.**Afirmação académica e científica;
- 1.2.3.2.**Consolidação do projecto pedagógico em vigor;
- 1.2.3.3.**Criação de quatro (4) novos cursos de graduação;
- 1.2.3.4.**Investimentos na componente de extensão universitária;
- 1.2.3.5.**Criação e implementação de cursos de pós-graduação;
- 1.2.3.6.**Titulação de projectos de pesquisa aplicada;
- 1.2.3.7.**Institucionalização do Centro de Pesquisa e Extensão universitária (CEPEU).

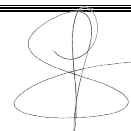
A promoção de cursos de formação avançada pelo ISPCAB, com fundamento no seu projecto de criação do Centro de Pesquisa e Extensão Universitária visa, por um lado, responder as demandas na formação de quadros, equacionar os desafios da província de Cabinda, em particular, e do país em geral, e, por outro, garantir diferenciação aos quadros comprometidos com a instituição. O Programa de Formação Avançada – PFA, previsto no PDI trará vantagens enormes, incluindo cursos avançados de curta duração, especialização e pós-graduação profissionalizante. O ISPCAB é a primeira IES a ministrar o curso de Enfermagem e a única que possui curso de Arquitectura e Urbanismo na Região Académica III. A criação dos cursos do PFA prevê a sua efectivação em ciclos formativos, correspondentes a 5 (cinco) anos lectivos.

No que consiste a sua missão, a procura de equilíbrio entre o que é socialmente desejável, economicamente viável, cultural e ecologicamente sustentável, a instituição mantém o foco na produção científica para a titulação de projectos viáveis cientificamente.

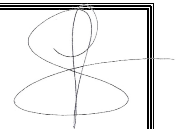
1.2.4. Análise da Envolvente Interna e Externa

A projecção do desenvolvimento institucional no domínio de projectos educativos pressupõe conceber modelos de análise da envolvente institucional a fim de direccionar as premissas de crescimento e desenvolvimento. Neste prisma, procurou-se analisar o contexto institucional, cujo modelo assenta nos pressupostos do modelo Swot clássico, que melhor se adapta como ponto de partida para conceber uma Nova Análise SWOT. O modelo adoptado foi desenvolvido a fim de assegurar o alinhamento da organização com o seu meio envolvente. O contexto do ISPCAB é concebido, atendendo as suas áreas funcionais, configurando o quadro abaixo:

ANÁLISE SWOT	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
A) Área de ensino ✓ Alta reputação comparativa com seus congêneres locais; ✓ Excelência na produção, transmissão, crítica e difusão do saber científico nas áreas de ensino; ✓ Disponibilidade de pessoal qualificado à Docência; B) Área científica e pós-graduação ✓ Recursos humanos com formação académica e qualificação profissional adequadas; ✓ Instrumentos de gestão bem concebidos (funções orgânicas) ✓ Estrutura definida para elaboração de trabalhos de fim do curso. C) Organização administrativa ✓ Existência de equipamento tecnológico (infraestruturas físicas e computadores) ✓ Recursos humanos qualificados para as funções específicas; ✓ Autonomia administrativa, financeira e patrimonial.	A1) Área de ensino ✓ Falta de Infraestrutura Própria adaptada às necessidades específicas; ✓ Falta de <i>Software</i> Integrado de acesso e consulta de informações institucionais e dados académicos; ✓ Elevado número de docentes colaboradores. B1) Área científica e pós-graduação ✓ Falta de uma área específica de estudo da legislação angolana aplicada ao ensino superior; ✓ Falta de um plano de desenvolvimento institucional actualizado; ✓ Inexistência de iniciativas na concepção de projectos educativos. C1) Organização administrativa ✓ Inexistência de um plano de carreira para o pessoal administrativo; ✓ Espaço de trabalho confinado para as diversas áreas funcionais; ✓ Dificuldades na formalização de processos de contratação de pessoal. D1) Coordenação dos cursos

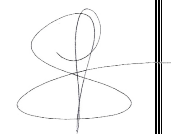


D) Coordenação dos cursos ✓ Chefes de departamentos com formação na área científica dos respectivos cursos ✓ Existência de projectos educativos por curso; ✓ Autonomia funcional. E) Posição competitiva regional ✓ Localização do edifício-sede acessível; ✓ Cursos com enorme procura no mercado local; ✓ Quadros graduados com forte intervenção no mercado de trabalho. F) Enquadramento legal e regulamentar ✓ Valências na percepção dos diplomas legais sobre o ensino superior; ✓ Existência de regulamentos exigidos pela entidade pública de tutela; ✓ Cursos legalizados.	✓ Inexistência de uma metodologia do acompanhamento de estudantes; ✓ Falta de gabinetes específicos de atendimento dos estudantes por curso; ✓ Indefinição de mecanismos de avaliação de desempenho dos docentes do curso. E1) Posição competitiva regional ✓ Ineficácia da biblioteca; ✓ Falta de uma área de comunicação institucional, cooperação, intercâmbio e marketing; ✓ Ineficácia de laboratórios e salas de uso especializado. F1) Enquadramento legal e regulamentar ✓ Ausência de um canal de acesso a legislação sobre o ensino superior; ✓ Falta de regulamentos de funcionamento dos cursos; ✓ Fraca observância das normas internas de organização e funcionamento do trabalho docente.
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
A2: Área de ensino ✓ Alta concorrência com congéneres do sector público e privado; ✓ Instabilidade legislativa sobre o ensino superior. B2: Área científica e pós-graduação ✓ Falta de empresas com aberturas para o estágio supervisionado; ✓ Crescimento exponencial dos cursos das unidades orgânicas da UON. C2: Organização administrativa ✓ Evolução tecnológica na área de conservação de processos;	A3: Área de ensino ✓ População estudantil maioritariamente jovem (taxa de escolarização líquida); ✓ Vasta Rede Escolar do ensino médio geral e Técnico Profissional alinhada aos diversos perfis de entrada no ISPCAB. B3: Área científica e pós-graduação ✓ Aberturas geradas pela entidade de tutela sobre a criação de cursos de pós-graduação; ✓ Políticas de produção de recomendações no âmbito das visitas técnicas do MESCTI.



✓ Qualificação técnico-administrativa de recursos humanos nas instituições de ensino superior. D2: Coordenação dos cursos ✓ Criação do curso de enfermagem no ISPCabinda da UON; ✓ Existência dos cursos de Relações Internacionais, Engenharia Informática, Contabilidade Superior de Gestão e Gestão de Empresas no Instituto Superior Politécnico Lusíadas de Cabinda. E2: Posição competitiva regional ✓ Vantagens académico-profissionais dos concorrentes no domínio da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação; ✓ Funcionamento dos cursos técnico-profissionais no Município do Soyo. F2: Enquadramento legal e regulamentar ✓ Revisão legislativa das normas curriculares; ✓ Multiplicidade de dispositivos legais baseados em realidades adversas, sobre o ensino superior.	C3: Organização administrativa ✓ Crescimento do mercado no fornecimento de equipamentos tecnológicos; ✓ Aumento de recursos humanos qualificados D3: Coordenação dos cursos ✓ Aberturas legislativas para a criação de novos cursos de graduação; ✓ Aumento anual de procura dos cursos da oferta formativa no ISPCAB. E3: Posição competitiva regional ✓ Aberturas inerentes ao intercâmbio e cooperação entre IES na região; ✓ Maior procura nos cursos de licenciatura. F3: Enquadramento legal e regulamentar ✓ Redução de taxas na promoção das importações referente ao material didáctico; ✓ Existência de instruções e recomendações da entidade de tutela para a promoção de melhorias no subsistema de ensino superior.
--	---

- **Características:** O ISPCAB caracteriza-se pela indissociabilidade das actividades de ensino, investigação e extensão universitária, qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho académico oferecidas à comunidade escolar.



1.2.5. Oferta formativa

Reconhece-se que o ensino superior assenta na produção de conhecimentos. A produção científica assume-se como conhecimento, ciência e arte. A evolução da ciência é o epicentro de tudo que está relacionado ao homem em sociedade. A evolução científica começou, na realidade, em meados do século XVI, com o aparecimento de muitas sociedades científicas. Para muitos autores, a ciência moderna inicia-se com as ideias de Galileu (1564-1642).

A oferta formativa resume-se pelo conjunto de elementos do conhecimento ou da ciência, enquadrados numa área científica aceite pelas entidades competentes ou com autoria científica, a fim de potenciar os alunos que ingressam a IES. Por esta via são fornecidas informações necessárias e indispensáveis, criteriosamente acopladas a respeito da escola/ciência e do profissional/trabalho. Assim, a oferta formativa do ISPCAB, garante princípios e valores para a vivência e convivência em sociedade, concretizando-se por cursos e pelo processo de aprendizagem que é pessoal e ninguém pode aprender por outro; é um processo idiossincrático, quer dizer, maneira de ver, sentir, reagir peculiar de cada pessoa no contexto da oferta formativa.

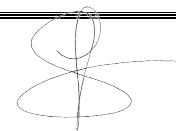
A oferta formativa do ISPCAB é legalizada pelo Decreto Executivo nº 216/17 de 7 de Abril, e constituída por 5 (cinco) cursos, respondendo ao estipulado no art. 88.º do Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro, relativamente a criação e acreditação de cursos. Os cursos referidos são ministrados desde a sua criação. Durante os anos de sua existência, por via da oferta formativa, a IES contribuiu na formação de quadros o que permite aferir a sua valiosa contribuição nos domínios económico, social, ambiental e cultural da região. As saídas profissionais e principais características de cada curso são evidenciadas no ANEXO I.

1.2.6. Visão para 2020 – 2035

O ISPCAB, no quadro do desenvolvimento do ensino superior em ciências sociais e humanas, engenharias e tecnologias e ciências médicas e de saúde, no período 2020-2035, pretende manter os valores da ciência e do conhecimento para consolidar-se e tornar uma instituição de ensino superior de referência na República de Angola e em África.

1.3. Premissas de Desenvolvimento 2004 - 2022

O PDI 2004 - 2022, assenta em pressupostos da educação contemplados em relatórios e documentos orientadores de organizações internacionais e nacionais. Aqueles indicadores contribuíram na implantação da IES na região. Faz referência que, segundo o último Relatório do Programa das



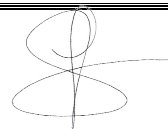
Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Angola encontrava-se na média dos países da África Subsahariana relativamente ao valor do Produto Interno Bruto – PIB, mas abaixo da média, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, basicamente por carências ao nível da Educação, do qual será expectável um aumento da Qualidade de Vida dos cidadãos. Para esse crescimento económico ter uma base sustentável, é necessário um aumento assinalável da formação, nomeadamente a nível do Ensino Superior.

ISPCAB Projecto de Desenvolvimento 2012-2022

Vale a pena lembrar que o Banco Mundial não encorajava investimentos massivos em educação nas economias em vias de desenvolvimento, porque se tratariam de “gastos economicamente ineficientes e socialmente regressivos”. Hoje em dia, a necessidade de profissionais com formação superior e os efeitos positivos consideráveis das pesquisas levadas a cabo sob a égide de instituições de ensino superior são suficientemente evidentes para que este tipo de consideração não se coloque. Esta é a época de ouro das Universidades. São um dos motores principais da Economia do Conhecimento e hoje, mais do que nunca, não há futuro sem instituições de ensino superior.

Nos Estados Unidos da América, as universidades são desde há muito tempo, um dos principais factores directos de criação de riqueza. Até há pouco tempo, a maior parte das universidades nos países em vias de desenvolvimento eram por regra um instrumento disponível essencialmente para as elites de cada país e controladas pelo aparelho do Estado; hoje, graças à emergência de um sector privado, cuja qualidade de oferta é sem dúvida muito variável, e cuja oferta é normalmente concentrada em matérias como contabilidade, gestão de empresas ou informática, há maior variedade. Como exemplo, a Universidade Makerere, no Uganda, que em 1988 estava à beira da falência, hoje quintuplicou o número de estudantes e tem disponibilidade financeira para investir em infra-estruturas, cerca de 80% dos estudantes pagam propinas e um terço do orçamento de gestão é garantido por investimentos próprios de natureza comercial, que incluem uma padaria e serviços de consultoria prestados por docentes. Adicionalmente, a procura pelos estudantes do Ensino Superior tem vindo a aumentar de forma exponencial, e neste momento, em Cabinda, devido as novas zonas de ensino aprovadas pela SEES, começamos a receber os primeiros discentes da província do Zaire.

A procura pelas licenciaturas no ISPCAB, tem subido de forma sustentada, sendo que no ano de 2003, matricularam-se 400 discentes, de um total de 650 candidatos.



A definição das áreas de formação resulta da experiência acumulada nos 6 anos de desenvolvimento do projecto, nos 10 anos de existência do projecto ISPRA/UPRA, e ainda da complementaridade da oferta de formação superior a nível da Região III com a recentemente criada Universidade Pública 11 de Novembro.

O ISPCAB apresenta-se como um projecto que se quer sólido, com aposta no ensino de qualidade, ligação à actividade produtiva, à sociedade e participante activo em parcerias internacionais no âmbito da investigação e desenvolvimento. Essas apostas são para manter e ampliar com a implementação do Projecto de Desenvolvimento. Tem já em vigor parcerias com instituições públicas (hospitais e centros de saúde, empresas petrolíferas - Sonangol) e instituições privadas tais como a Chevron, que quer a nível de recrutamento de pessoal (onde somos parceiro preferencial) quer a nível de concessão de bolsas de estudo.

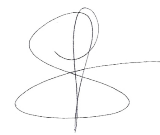
No quadro das premissas do desenvolvimento para o período 2020 - 2035, a instituição pretende manter os principais indicadores contidos no seu PDI, 2004-2022. Urge a necessidade de reformular a última parte, inerente aos programas de 2021 e 2022, dada a necessidade de conformar o funcionamento e a actuação académica institucional adaptados aos efeitos legais e globais.

1.4. Situação Infra-estrutural

Actualmente, o ISPCAB funciona em três (3) unidades. Os serviços administrativos funcionam no centro da cidade de Cabinda, as aulas teóricas, teórico-práticas e práticas são ministradas nas instalações localizadas no Cabassango, em regime de locação (leasing operacional), numa zona emergente, designado edifício-sede.

O edifício-sede é de 3 andares, garante conforto aos usuários, cujas especificações técnicas de ensino e valências constam nos anexos.

No quadro das estratégias de desenvolvimento, a instituição explora e continuará com as turmas de extensão para as aulas teóricas e práticas, através de parceiros. Portanto, o ISPCAB funciona em duas instalações, os Gabinetes no edifício das Pescas, 2º Andar, do lado Esquerdo, sito na Rua Dr. Agostinho Neto. As aulas decorrem no edifício-sede, funcionando em três períodos (matinal, vespertino e pós-laboral), com uma capacidade de albergar 560 alunos por turno, matriculados nos cursos de licenciatura em Relações Internacionais, Enfermagem, Gestão e Contabilidade, Engenharia Informática e Arquitectura e Urbanismo.



Devido a situações ponderáveis, decorrentes da própria natureza do mercado, na sua política das turmas de extensão, o ISPCAB ocupa algumas salas de aulas no Instituto Médio Politécnico João Paulo II, que se situa numa zona privilegiada do Bairro 4 de Fevereiro, cujas aulas teóricas e práticas de informática decorrem no período pós-laboral, conciliando a procura existente.

No edifício das pescas, funcionam os serviços do Gabinete do Director-geral, os Directores-gerais adjuntos, a Secretaria-geral, bem como os serviços da tesouraria.

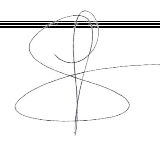
As instalações da sede comportam, dentro do universo de salas, uma sala de conferências com 100 (cento) lugares, uma biblioteca, duas salas de informática, três laboratórios do curso de enfermagem e uma sala de desenho para o curso de arquitetura e urbanismo. Para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, existem duas salas de trabalho e uma sala de aulas.

1.5.Avaliação das fraquezas e políticas estratégicas

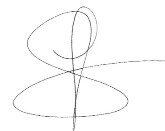
As fraquezas concebidas no âmbito das perspectivas de desenvolvimento do ensino superior oferecido por instituições privadas na Região Académica III foram tomadas atendendo elementos comparativos do meio envolvente que colocam a instituição em desvantagem. Os pressupostos evidenciados decorrem da avaliação interna feita pela comissão de trabalho criada para a elaboração do PDI 2020 - 20230. Também se incluiu a estratégia de autojustificar a prevalência dos valores da instituição. Neste sentido, foi concebida uma metodologia de análise comparativa dos outputs possíveis das suas congéneres da Universidade 11 de Novembro e do Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda.

As políticas de transformação no período de vigência do PDI tenderão a trazer uma forma ideal adaptada a realidade na organização dos processos com o fito de alavancar políticas por domínio:

P1. A área estratégica de ensino: direcção dos assuntos académicos e vida estudantil, a fim de implementar as melhores práticas de organização do processo de ensino, base de dados e plataformas internas dos circuitos académicos. O quadro de pessoal de apoio administrativo deverá reunir as habilidades académicas e	P2. A área estratégica científica: direcção dos assuntos científicos e pós-graduação, no sentido de reorientar a pesquisa científica, mecanismos de organização da extensão universitária, parcerias estratégicas, processo de admissão de docentes qualificados e estruturação da produção científica aplicada.
--	---



profissionais direccionadas a área de ciências da educação.	
P3. A área estratégica de direcção dos serviços administrativos: Melhorias para a modernização administrativa, através de plataformas externas de comunicação institucional, conservação e manutenção de informações relativas a gestão de recursos humanos através de soluções tecnológicas adaptadas a realidade financeira da instituição. Promover actos tendentes a diversificação das fontes financeiras.	P4. O segmento executivo: conceber uma estrutura organizacional flexível, capaz de enquadrar a função departamental de acordo com o modelo definido por lei. A função de coordenação de cursos assegurada por funcionários com formação específica.
P5. Pessoal de apoio administrativo e auxiliar: com qualificação através de habilitações académicas e profissionais, agregando cursos avançados de curta duração ministrados no ISPCAB. Definir como requisito de ingresso no quadro de pessoal, as competências profissionais, de acordo com a função a desempenhar. Incluir na componente de gestão de recursos humanos, um plano de carreira.	P6. Metodologias de Gestão Docente: Inserir os docentes num plano de carreira. Os licenciados são admitidos na categoria de monitor. Decorrido o período probatório, os licenciados iniciam a carreira, devendo progredir academicamente e integrados no plano de carreira da instituição.



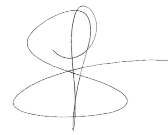
Atendendo as influências emergentes, a instituição assegura no futuro, realizar estudos no sentido de alinhar a avaliação institucional aos propósitos contidos no quadro abaixo:

Quadro 4 - Influências nos ambientes interno e externo para o próximo PDI

Ambientes	Influências	Explicando influências
Ambiente interno	- Recursos humanos - Financeiros - Materiais - Processos desenvolvidos - Experiências do segmento/sector - Regulamentos internos	- Quadro de pessoal, formação, qualificação - Localização, equipamentos, prédios, manutenção - Experiências positivas e negativas, capacidade de aprendizagem, reputação na comunidade
Ambiente externo	- Político - Económico - Social - Cultural - Ambiental - Tecnológico - Jurídico/Regulamentar	- Ações governamentais - Crescimento, inflação, orçamento - Aspectos culturais, características da população (crescimento, idade, etc.), desigualdades - Mudanças tecnológicas - Leis, regulamentos, instruções normativas - Regulamentos internos de funcionamento

Fonte: Comissão técnica de elaboração do PDI

Conhecendo as influências e actuando em cada ambiente, construir a matriz significa apresentar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. São facilitadores para indicar quais serão os caminhos e acções para o PDI do período subsequente.



II. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INSTITUCIONAIS

Pelo presente Plano de Desenvolvimento Institucional, a temática diretrizes pedagógicas apresenta as principais práticas da instituição alinhadas ao asseguramento de uma formação sólida a comunidade académica. Traduz a forma como a IES trabalha, desde a admissão de estudantes, gestão de processos dos docentes e não docentes, elementos indispensáveis ao processo de ensino universitário e as condições de adaptabilidade aos desígnios pedagógicos da gestão do subsistema de ensino superior. Procura-se responder a missão, visão e valores da instituição.

2.1. Organização da comunidade académica

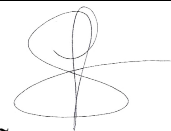
Os docentes e estudantes procuram mais do que apenas frases prontas e ensaiadas – é preciso oferecer uma conversa mais humanizada, que deixe claro que a marca ISPCAB conhece a pessoa com quem fala.

Para colocar isso em prática, vale tentar prever o comportamento dos docentes e estudantes, assim como as próximas perguntas e críticas.

As longas filas de espera, que às vezes têm tido lugar no ISPCAB, são muito frustrantes para funcionários e estudantes. Assim, evitá-las é fundamental. Para o efeito, apontamos alguns pilares de um atendimento tranquilo e saudável: dinamismo, compreensão e empatia.

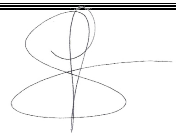
A) Algumas indicações

- A avaliação dos docentes a todos os níveis (assiduidade, científico-pedagógico, relação humana).
- A criação de mecanismo de inscrições e matrículas de novos estudantes por via *online*, devendo estes apresentarem o talão impresso, o pagamento e outros requisitos na instituição dentro do prazo definido;
- O estudante tem os direitos de frequentar as aulas, bem como de usufruir dos meios de ensino, de investigação, de produção e dos serviços prestados pelas estruturas administrativas e sociais da instituição, de possuir um cartão que o identifique como estudante, de candidatar-se a bolsa de estudos, de reclamar e recorrer perante as estruturas competentes de qualquer acto lesivo dos seus interesses.
- O estudante tem os deveres de dedicar todo o seu esforço e aptidão ao bom aproveitamento académico, respeitar e observar os regulamentos em vigor no



ISPCAB, respeitar as autoridades académicas, os docentes, os trabalhadores não-docentes e os colegas, obedecer às orientações superiormente emanadas, respeitar e conservar os bens patrimoniais do ISPCAB e apresentar o seu cartão de estudante, sempre que tal lhe seja solicitado pelos competentes funcionários.

- É da responsabilidade do estudante manter actualizados os seus dados pessoais.
- Sempre que tiver dúvidas a respeito do plano ou programa de curso, disciplinas ou horários, o estudante deve procurar o Chefe do Departamento que é o responsável pela orientação, acompanhamento e cumprimento dos objectivos do curso.
- A afixação de cartazes no ISPCAB só é permitida nos locais superiormente autorizados.
- Não é permitida a permanência de estudante nos corredores, durante os horários de aulas ou provas.
- O ISPCAB incentiva os estudantes a eleger os seus representantes de turma, curso e associação e a dinamizar a actividade estudantil.
- A violação das normas vigentes no ISPCAB deve ser objecto de procedimento disciplinar, organizado e conduzido de modo simples, eficaz e célere, implicando, contudo, obrigatoriamente a audição do estudante participado.
- Consideram-se infracções disciplinares a inobservância dos regulamentos em vigor no ISPCAB, o desrespeito às autoridades académicas, aos trabalhadores docentes e não-docentes e colegas da instituição, a desobediência a directivas emanadas superiormente, a violação do sistema de controlo de entradas e saídas do ISPCAB, a delapidação de bens patrimoniais do ISPCAB e a fraude, tentativa ou encobrimento de fraude, em provas de avaliação.
- O estudante infractor está sujeito às medidas disciplinares de censura registada, suspensão temporária, anulação da inscrição, anulação da matrícula e expulsão.
- As medidas disciplinares serão graduadas em função da gravidade da infracção e das circunstâncias atenuantes e agravantes, podendo o estudante ser suspenso preventivamente durante o procedimento disciplinar. O estudante tem direito de recorrer das decisões da aplicação de medidas disciplinares.
- Os Serviços Académicos/pedagógicos prestam os necessários esclarecimentos e respondem por todos os registos da vida académica do estudante, procedendo à



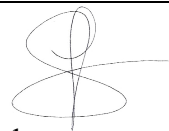
sua inscrição e matrícula, à emissão de declarações e certidões, diplomas e certificados. Funcionam no horário de segunda a sexta-feira.

- Devido à carência de livros e manuais, é frequente o recurso à fotocópia, constituindo-se a reprografia, por isso, uma infra-estrutura imprescindível de suporte ao estudo.
- Além disso, o atendimento aos docentes e estudantes é um desafio institucional que constrói a imagem da instituição, um espelho corporativo perante o público.
- O conceito de atendimento ao público é o alicerce fundamental de uma boa experiência com a marca e, portanto, da fidelização dos docentes e estudantes. Essa forma de interação com os estudantes é algo prioritário, pois mostra boa vontade, eficiência e a disposição da organização em solucionar e antecipar problemas. É superar as expectativas dos docentes e estudantes e, assim, surpreendê-lo.
- Ter qualidade no atendimento é importante pois é considerado um dos factores decisivos para fidelizar os docentes e estudantes à instituição e, assim, aumentar as *chances* de seu retorno. Além do mais, docentes e estudantes fidelizados podem fazer indicações da marca e dar *feedback* entusiasmados para as pessoas que estão ao seu redor.
- Para otimizar o atendimento é muito importante ouvir e entender o que os docentes e estudantes pretendem comunicar. Independentemente se for uma queixa ou apenas uma dúvida, é imprescindível que o prestador de serviços se mostre presente ali e entenda atenciosamente a necessidade.

2.2. Diretrizes pedagógicas vigentes

Na República de Angola, com a aprovação da Constituição (CRA/10), a 5 de Fevereiro de 2010, os ajustes legislativos inerentes a orgânica e funcionamento das IES públicas, público-privadas e privadas tornou-se um imperativo, a fim de garantir a unidade, coerência e consistência no sistema de educação e ensino.

Os postulados da Lei de Bases do Sistema de Educação emitidos em 2001 foram já adequados ao novo contexto, através da Lei nº 17/16, de 7 de Outubro. Para o ensino superior, o Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro e os principais desafios da ciência e do conhecimento no âmbito global, apelam às IES a adaptar-se aos novos paradigmas institucionais e organizativos do ensino.



As diretrizes pedagógicas institucionais estão conformadas ao modelo definido pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, dos valores institucionais decorrentes da identidade da instituição, face aos desígnios do processo da harmonização curricular.

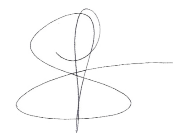
A) Indicação do modo de organização do processo de ingresso

- A primeira matrícula no ISPCAB obedece ao princípio geral de provas de acesso.
- Têm acesso ao ISPCAB os candidatos que concluem com aproveitamento o ensino médio, o 2º ciclo do ensino secundário ou equivalente e que faça prova da capacidade para a sua frequência, de acordo com os critérios gerais a estabelecer pelo órgão de tutela.
- O acesso ao ISPCAB assenta na existência de “*numerus clausus*” (vagas existentes em cada Departamento).
- Cabe ao ISPCAB estabelecer o “*numerus clausus*”, por cursos e especialidades.
- O ISPCAB poderá repartir as vagas existentes, **por contingentes**, por categorias populacionais ou profissionais.
- O “*numerus clausus*” é homologado pelo Director Geral.

B) Admissão de estudantes

O processo de ingresso dos alunos obedece as seguintes etapas:

- Concepção de “*numerus clausus*”, tendo em conta às necessidades institucionais.
- Anúncio público dos cursos ministrados. À data do anúncio sobre a realização de cada prova de acesso são tornadas públicas informações sobre o tipo de prova a realizar (prova única ou mais de uma prova), as disciplinas nucleares, respectivos programas e bibliografia actualizada.
- Inscrição de candidatos. A duração de todo o processo, da inscrição à publicação dos resultados finais, é de sessenta dias.



- Publicação das listas dos candidatos inscritos e reclamações.
- Publicação de calendário de realização dos exames de acesso. O calendário das provas de acesso é elaborado e tornado público pelo ISPCAB, sessenta dias antes da data de início das inscrições.
- Publicação dos resultados dos candidatos e reclamações.
- Matrículas dos estudantes admitidos.

C) Carga horária dos docentes

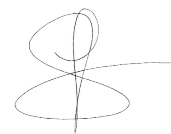
- Limitações quantitativas: atenção ao *ratio*, número de estudantes por docente (80 a 100 alunos/docente);
- Os responsáveis e dirigentes da instituição estão sujeitos a limitações na carga horária nos períodos matinal e vespertino;
- Os funcionários do ISPCAB e de outras instituições públicas e privadas não excedem as 8 horas de trabalho semanal de docência no período laboral;
- Observância dos valores institucionais.

2.2.1. Admissão de discentes

Obedece ao estipulado nos documentos reitores emitidos pela entidade pública de tutela, bem como o prescrito no n.º 2 do art. 97.º e, art. 25.º todos do Decreto n.º 90/09, já citado. Na admissão de discentes é observado a classificação mínima de 10 (dez) valores.

2.2.2. Calendário académico

Para cada ano lectivo é concebido um calendário conformando-se com as instruções da entidade pública de tutela. Inclui as diferentes etapas desde a inscrição dos alunos, a realização de exames de acesso ao ensino superior, aulas teóricas, teórico-práticas e práticas, avaliações contínuas, exames normais e exames de recurso. Obedecendo instruções do Ministério de Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, organizam-se exames especiais aos discentes com até duas disciplinas do elenco de cadeiras lectivas na transição do ciclo básico para o ciclo de saída profissional.



2.2.3. Programas curriculares e carga horária

Os programas curriculares vigentes na instituição são os constantes no seu projecto pedagógico de 2008, aprovado pelo Decreto nº 216/17, de 7 de Abril. No quadro da elaboração do PDI, decorreram debates e reflexões em torno da revisão curricular, por curso, disciplina e conteúdo programático. O debate interno produziu recomendações que constam dos anexos. Conforme o art. 90.º do Decreto n.º 90/09, as inovações aos planos de estudos dos cursos acreditados bem como as reformas curriculares são admitidas após um ciclo de formação. As inovações e reformas carecem de homologação do Ministério do ensino superior. A carga horária semanal, semestral e anual de cada disciplina obedece o definido no respectivo projecto pedagógico.

2.2.4. Eventos académicos

Os eventos académicos são actividades extracurriculares gizadas pelos Assuntos Académicos e Vida Estudantil que congregam a comunidade académica. No quadro do desenvolvimento institucional, torna-se necessário envolver parceiros internos e externos para os propósitos de convivência académica. No cômputo dos valores institucionais, o ISPCAB exalta a promoção de excelência académica, humanismo e solidariedade, boa prática de gestão académica e administrativa cuja concretização faz-se no domínio da promoção de eventos académicos capazes de promover uma convivência no seio da comunidade académica.

Os eventos contidos no ciclo estratégico são organizados em períodos de 5 anos, correspondente a um ciclo formativo, nele se reflectem assuntos impactantes da vida económica, social, ambiental, inovação e cultural a nível internacional e interno, bem como os efeitos da ciência e do conhecimento. Requerem financiamento interno e externo. As políticas de implementação dos eventos intermédios dependem dos efeitos da ciência, da tecnologia e da inovação, são eventos que se realizarão com base nas solicitações dos departamentos de ensino, com a periodicidade de 2 a 3 anos lectivos. Os eventos intermédios poderão mobilizar investigadores e estudiosos externos, carecendo de financiamento interno. No período de vigência do PDI, os eventos anuais, devem ter lugar todos os anos lectivos, devendo ser organizados com ou sem financiamento.

No período de vigência, a instituição irá adequar as actividades académicas, conforme o quadro:



Quadro 3: Eventos Académicos Institucionais

Eventos do ciclo estratégico	Eventos intermédios	Eventos anuais
Colóquio sobre Revisão curricular do PPC	Agregação pedagógica	Conselho pedagógico
Actualização de softwares de gestão da base de dados estudantil	Assembleia da associação de estudantes	Inscrições e matrículas
Actualização dos métodos e modelos de avaliação	Avaliação de desempenho docente	Batismo de neófitos
Colóquios Académicos sobre o ensino	Seminários pedagógicos	Outorga de diplomas
Colóquio Académico sobre Tendências Pedagógicas	Conselho científico-pedagógico sobre acreditação de projectos	Conselho de turmas
Conselho pedagógico sobre revisão curricular	Conselho sobre estágio curricular	Conselho de cursos

Fonte: Comissão Técnica do PDI, 2020 – 2030

2.2.5. Avaliação de conhecimentos

A metodologia de avaliação de conhecimentos vigente está contida no Regulamento Académico. O respeito das Normas Curriculares aplicadas no ensino ao nível da graduação. São ministradas aulas e eventos escolares e extraescolares com vista a assegurar o ensino.

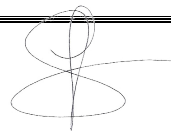
A avaliação de conhecimentos é feita através da avaliação contínua e de exame final em cada disciplina.

A avaliação contínua é a avaliação que o docente faz do estudante ao longo do ano ou semestre lectivo, em aulas práticas, testes obrigatórios ou facultativos, exposições, trabalhos escritos, práticas de laboratório, trabalhos de campo e outros. São realizadas provas parcelares (avaliação contínua) para cada disciplina, num mínimo de três para as disciplinas anuais e de duas para as disciplinas semestrais. As provas podem ser orais, escritas, teóricas e práticas.

As provas orais são realizadas perante um júri constituído, no mínimo, por dois docentes.

As provas de exame final realizam-se em três épocas, em chamada única, a saber:

- a) Época normal.
- b) Época de recurso.
- c) Época de Exames especiais



Na época normal, o estudante deve prestar provas, uma por cada disciplina, em todas as disciplinas em que se encontrem inscrito.

Na época de recurso, o estudante poderá prestar provas nas disciplinas que tenha reprovado na primeira época e nas disciplinas em que, com o devido conhecimento e autorização do departamento, não haja prestado exame nas primeira época.

Na época de exames especiais, o estudante do 3.º ano em transição de ciclo, poderá prestar (3) três provas nas disciplinas que tenha reprovado nas épocas anteriores e nas disciplinas em que, com o devido conhecimento e autorização do departamento, não haja prestado exame nas épocas anteriores.

O estudante só transita de semestre nas seguintes condições:

- a. Se o elenco das disciplinas semestrais for igual ou superior a seis, o estudante só transitará para o semestre seguinte com um máximo de três disciplinas semestrais em atraso, do semestre curricular anterior.
- b. Se o elenco das disciplinas semestrais for inferior a seis, a transição de semestre só terá lugar com um máximo de duas disciplinas semestrais em atraso, do semestre curricular anterior.
- c. Se tem todas as mensalidades pagas.

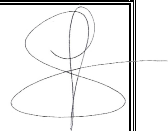
O estudante transita de ano nas seguintes condições:

- d. Se o elenco das disciplinas do ano for igual ou superior a seis, a transição de ano só se opera no caso de o estudante ficar com um máximo de três disciplinas em atraso.
- e. Se o elenco das disciplinas for inferior a seis, a transição de ano só terá lugar no caso de o estudante ficar em atraso com um máximo de duas disciplinas.

Não é permitida a transição do ciclo básico para o ciclo de especialidade com disciplinas em atraso.

O trabalho de fim de curso é um trabalho científico que pode revestir várias modalidades, objecto de regulamento próprio.

A nota final de curso combina as notas finais das disciplinas e a nota do trabalho de fim de curso ponderado de acordo com as cargas horárias atribuídas a cada disciplina e ao trabalho de fim do curso.



2.2.6. Organização e apoio aos estudantes

O estatuto do corpo discente satisfaz o estabelecido no art. 97.º do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, obedecendo o trinómio direitos, deveres e regime disciplinar. No período de 2012, 2019, o ISPCAB matriculou um total de 18.725 candidatos aos cursos ministrados, cujas matrículas cifraram de modo geral as indicações percentuais constantes do quadro abaixo:

Quadro 4 – Alunos matriculados nos cursos do ISPCAB – 2012 a 2019

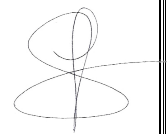
Curso	Fr.	%
Enfermagem Geral	3.494	19
Gestão e Contabilidade	3.714	20
Relações Internacionais	5.521	29
Arquitectura e Urbanismo	1.413	8
Engenharia Informática	4.583	24
Total	18.725	100

Fonte: área académica do ISPCAB

Para que o propósito de ensino na IES seja materializado, é preciso combinar recursos humanos para cada actividade que se realiza. Neste quesito, destaca-se o corpo docente e a outra força de trabalho não docente que se ocupa das actividades docente, administrativas e auxiliares.

Tal como referia o pedagogo Paulo Freire, os alunos não deveriam constituir-se em meros receptáculos dos conhecimentos dos professores, mas deveria, sim, existir uma interacção inter partes, realizada através do diálogo e como prática da liberdade. Daí, a importância de se considerar o ensino e a aprendizagem como factores intrínsecos e indissociáveis do processo educacional, caracterizado como de ensino/aprendizagem². Os principais indicadores inerentes ao crescimento e desenvolvimento no período de 2015 a 2020 constam abaixo:

² Paulo Freire, in Pedagogia do Oprimido, «A dialogicidade: essência da educação como prática da liberdade» cit. Graça Pitra Costa in Evolução Histórico-jurídica do Direito da Educação em Angola 1975-2017.



Quadro 5 – Indicadores de crescimento dos estudantes no período 2015 a 2020

Curso de graduação	Matrículas	Outorgados	Não outorgados	A frequentar
Enfermagem	2.752	109	41	2.504
Relações internacionais	4.390	74	16	4.261
Engenharia Informática	3.628	68	63	3.497
Gestão e Contabilidade	2.663	69	64	2.530
Arquitetura e Urbanismo	966	18	16	932
Total	14.399	338	200	13.724

Fonte: Área académica do ISPCAB

A) Organização e Gestão do Ensino

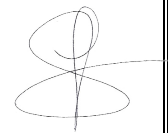
O ensino das diferentes disciplinas é leccionado de acordo com os planos curriculares e conteúdos programáticos definidos e coordenados pelos respectivos Departamentos de Ensino e Investigação dos cursos existentes no ISPCAB.

No início de cada ano ou semestre lectivo são divulgados e distribuídos ao estudante resumos sucintos dos diferentes programas das disciplinas curriculares em funcionamento.

Os Departamentos abrem, por cada uma das disciplinas da sua responsabilidade, um *dossier* ficando arquivada toda a informação sobre a disciplina, nomeadamente o programa, mapas de programação, cópias dos enunciados de provas de avaliação, apontamentos ou notas da matéria leccionada e relatórios, respeitando, obviamente a liberdade de orientação e de opinião científica dos docentes no ensino das matérias constantes dos programas. O ensino é ministrado mediante aulas, conferências, colóquios, seminários, estágios e estudos livres, ou por outros processos que os regentes responsáveis por cada disciplina julguem convenientes.

Em cada disciplina são leccionadas aulas teóricas e práticas, consistindo as práticas na realização de trabalhos laboratoriais ou de campo, na resolução de problemas práticos ou de exercícios de aplicação.

Cada aula teórica tem em visa proporcionar a aprendizagem compreensiva de factos, conceitos e princípios, e tem uma duração de 50 ou 110 minutos, a fixar conforme a especificidade de cada Departamento, curso e disciplina.



As aulas práticas têm por fim propiciar ao estudante a aprendizagem dos métodos, processos e técnicas de aplicação da compreensão de factos, conceitos e princípios considerados nas aulas teóricas.

As aulas teórico-práticas destinam-se a propiciar ao estudante a aprendizagem compreensiva de métodos, processos e técnicas de aplicação prática desses factos, conceitos e princípios.

Em cada aula teórica, o docente apresenta ao estudante e ao Chefe do Departamento um sumário da respectiva aula.

Nos Sumários constam os itens leccionados e as indicações bibliográficas necessárias ao estudo do estudante.

As conferências têm em vista a análise por especialistas de temas referentes a uma determinada área do saber.

Os colóquios têm em vista a análise e discussão amplamente participada de um ou vários temas afins, previamente fixados.

Os seminários destinam-se à iniciação ou actualização do estudante nas matérias dos respectivos ramos do saber, através da realização de trabalhos inseridos em temas propostos pelo docente responsável pela unidade curricular e de acordo com a disponibilidade da instituição.

As visitas de estudo destinam-se a propiciar a observação e investigação directa de um ou vários objectos de estudo previamente escolhidos, situados fora do local habitual de aprendizagem.

As visitas de estudo implicam, para alcançar os fins a que se propõem, uma clara definição dos seus objectivos e métodos de trabalho, uma preparação cuidada, uma boa organização das observações e expressão dos resultados obtidos.

Os trabalhos de projecto consistem em estudos de aprendizagem, incidindo sobre temas propostos por docentes, desenvolvidos por estudantes tanto no que respeita ao conteúdo como à metodologia utilizada, realizados com o apoio de pelo menos um docente.

Os estágios têm por fim fomentar, no estudante, qualidades de criatividade, de inovação e de investigação científica ou pedagógica, assim como a capacidade para a aplicação de conhecimentos adquiridos à resolução de problemas concretos e de desenvolvimento, com vista à sua formação académica e profissional.

O período de vigência do PDI estabelece projecções no processo de organização e gestão do ensino através do cenário que segue:

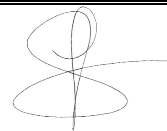
Projeções			Anos de execução		
I. VAGAS			2023 - 2024 (Curto Prazo)	2025 -2027 (Médio prazo)	2028 -2030 (Longo prazo)
1.1	2 310				
1.2	3 696				
1.3	5 544				
II. MATRÍCULAS (de acordo com o n.º de vagas)					
2.1	2 310				
2.2	3 696				
2.3	5 544				
III. MATRICULADOS POR CURSO					
3.1	Arquitectu	105			
3.2	Enfermage	2870			
3.3	Contabilid	1350			
3.4	Engenhari	1575			
3.5	Relações	1800			
IV. NÚMERO DE ESTUDANTES APROVADOS E REPROVADOS NOS DIFERENTES CURSOS					
Estará espelhado nas pautas que serão publicadas no final de cada ano					
V. NÚMERO DE DIPLOMADOS					
5.1	53				
5.2	87				
5.3	105				

2.2.7. Apoio aos docentes no processo de ensino aprendizagem

O exercício da actividade docente no ISPCAB obedece aos dispositivos legais contidos no Estatuto da Carreira Docente - ECD do subsistema de ensino superior, conciliando as outras disposições legais vigentes em Angola e elementos regulamentares da organização e funcionamento do ISPCAB.

Em geral, o ECD vigente no ISPCAB estabelece os requisitos de acesso, enquadramento no plano de carreira e prestação de serviços. Os elementos referidos regem os fluxos de apoio ao docente.

- A) **Corpo Docente:** O Ensino Superior em geral, e em Angola em particular, vive tempos de grandes desafios e mudanças. A multiplicação de cursos de graduação e de Instituições de Ensino Superior tem exercido pressão sobre as IES, as quais se vêm na condição de não possuírem em número suficiente docentes a tempo integral, atendendo à sua escassez figurando este facto um dos pontos de estrangulamento do subsistema. Esta situação verifica-se também no ISPCAB, sendo de registar o aumento do número de estudantes em distintos cursos, o que tem sido um factor determinante no recrutamento de novos docentes. Para mitigar insuficiências verificadas no quadro docente



a área académica tem sido cautelosa em organizar colóquios, seminários pedagógicos, agregações pedagógicas para refrescar os docentes. Segundo (Silva e Oliveira, 2018), as deficiências pedagógicas dos docentes têm gerado interesse para a realização de estudos centrados na formação do corpo docente, dada a sua relevância na concretização de estratégias institucionais. Entretanto, o corpo docente do ISPCAB é constituído de professores recrutados, seleccionados e admitidos nos termos do Estatuto que rege a Instituição, da lei geral do trabalho vigente e do Plano de Carreira Docente da Instituição. Actualmente, o corpo docente está composto por 134 docentes. No que concerne à qualificação, existe maior predominância de docentes com o grau de licenciatura, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 6 – Distribuição dos docentes por grau académico

GRAU	TOTAL	FEMININO	MASCULINO	% F	% M	% T
Doutores	9	0	9	0	6,72	6,72
Mestres	32	8	24	5,97	17,91	23,88
Licenciados	93	28	65	20,90	48,50	69,40
Total	134	36	98	26,87	73,13	100

Fonte: Área académica e vida estudantil do ISPCAB

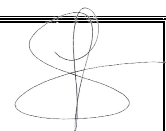
No entanto, ainda se verificam algumas dificuldades no que diz respeito ao quadro docente principalmente com enfoque na gestão académica de estudantes repetentes.

Outra dificuldade prende-se com as habilidades inerentes ao processo de transmissão de conhecimentos (ensinar), tarefa complexa.

Segundo (Pereira e Leite 2020), conhecer bem a própria disciplina é uma condição fundamental, não sendo suficiente, impondo-se articular conhecimentos com habilidades e competências a desenvolver no aluno. Assim, considera-se fundamental a existência de uma formação específica para a docência, enquanto condição prévia para os professores e a instituição cumprirem também, a sua função social.

2.3. Directrizes regulamentares do ensino

Na República de Angola, o subsistema de ensino superior é definido como o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto nível,



assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana, bem como a promoção da investigação científica e a prestação de serviços à comunidade.

As directrizes regulamentares do ensino superior feitas em alinhamento ao desenvolvimento institucional, são os dispositivos legais sobre o ensino e as normas curriculares contidas no Regulamento Académico da instituição. Na prática, obedece-se princípios como:

- Papel reitor do Estado,
- Autonomia das IES,
- Liberdade Académica,
- Gestão democrática,
- Qualidade de serviços,
- Equilíbrio da rede de IES.

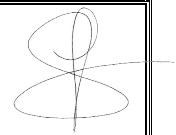
No quadro do desenvolvimento institucional, o ISPCAB seguirá as recomendações dos auditores externos e determinações da entidade pública de tutela. O pilar da função da docência é caracterizado por processos de transformação pedagógico-didáctica de conhecimentos e saberes em aprendizagem significativa com sujeitos envolvidos na mediação entre docente e aluno pois, ensinar não é apenas transmitir informação com base nos conhecimentos previamente adquiridos numa determinada área, mas sim possibilitar a construção e a produção do conhecimento, exigindo do docente rigorosidade metódica auxiliada à pesquisa (Freire, 1996).

III. ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA DOS ASSUNTOS CIENTÍFICOS E PÓS-GRADUAÇÃO

A estrutura organizacional vigente concebe os assuntos científicos e pós-graduação como sendo uma área estratégica. Situa-se no topo da hierarquia, coadjuvando o Director geral em matérias específicas. Nas premissas do desenvolvimento institucional do presente PDI, a afirmação científica é dos propósitos que serão materializados através da respectiva área estratégica. A sua inserção assegura as atribuições, os principais eventos científicos e a componente da extensão universitária que traduz a responsabilidade social através da prestação de serviços a comunidade.

3.1. Matriz organizacional e funcional

A matriz organizacional e funcional da área científica e pós-graduação atende o definido na estrutura orgânica do ISPCAB. Atende as funções estratégicas de análise dos processos



individuais dos docentes na fase da sua candidatura para a docência na instituição, organiza eventos científicos e assegura as condições inerentes à produção científica, quer através dos trabalhos de conclusão dos cursos, como no apoio aos docentes investigadores.

Atendendo a necessidade de promoção de excelência no contexto da produção científica, os assuntos científicos e pós-graduação estão situados no nível estratégico, cabendo ao responsável, o exercício de funções delegadas, próprias do órgão de gestão máximo da instituição.

3.2. Organização de eventos científicos

No período de vigência do PDI, os eventos científicos têm como objectivo primordial assegurar a produção científica e a pesquisa aplicada, enquanto elementos das premissas de crescimento e desenvolvimento. O ensino superior assenta no ensino, na investigação e extensão com vista a promoção do conhecimento científico e inovação - Orientações estratégicas. O ISPCAB assegura, em termos de eventos científicos de promoção da qualidade, o seu principal evento “ as jornadas científicas e de iniciação científica” que congrega docentes e estudantes para refletir questões da actualidade no domínio da ciência, do conhecimento e da inovação. Dedicar-se também, especial tratamento científico-pedagógico a promoção de conferências internacionais e nacionais, fóruns e mesas redondas por curso com vista ao incentivo a produção científica, celebrações e solenidades.

Atendendo a premente necessidade de imprimir a boa organização dos eventos científicos no período de vigência do PDI, a instituição estabelece horizontes temporais definidos nas políticas sobre os eventos. No quadro do presente PDI, os eventos científicos deverão estar alinhados aos objectivos específicos estabelecidos que concorrem para o cumprimento da missão e visão da instituição.

A forma de escalonar os eventos, elegeu a atribuição de uma designação a cada evento e colocados no quadro abaixo por categoria:



Quadro 8 – Ciclos de eventos científicos

Eventos do ciclo estratégico	Eventos intermédios	Eventos anuais
Fórum científico sobre pesquisa aplicada, evolução tecnológica e inovação	Conselho científico-pedagógico sobre acreditação de projectos	Mesa redonda do curso sobre reflexões de solenidade
Conferência nacional sobre o ensino superior	Conselho científico do Projecto Pedagógico do Curso	Jornadas de iniciação científica de graduação
Conferência internacional sobre ciência, inovação e desenvolvimento	Conselho científico sobre acreditação do curso	Jornadas científicas de graduação
Conferência nacional sobre saúde comunitária e desenvolvimento regional	Conselho científico sobre avaliação institucional	Jornadas científicas e de iniciação científica
Conferência nacional sobre infraestruturas, tecnologia e inovação	Conselho científico sobre projectos de dissertação	Conselho científico sobre projectos de trabalhos de conclusão do curso/graduação

Fonte: Comissão técnica do PDI

3.3. Extensão universitária e responsabilidade social

No capítulo da pesquisa e extensão trabalha-se na autorização e legalização do Centro de Pesquisa e Extensão Universitária, abreviadamente, CEPEU-ISPCAB, com foco na investigação científica nos eixos de pesquisa aplicada, economia, gestão, integração regional, saúde pública e políticas públicas. Prevê-se a criação da Revista Universitária para incentivar a produção académica dos professores, investigadores, assistentes-estagiários e estudantes.

Para o projecto de formação avançada, o ISPCAB conta com 6 Professores Doutores e 10 Professores Mestres que já lecionam há mais de 10 anos no ensino superior, disponíveis para assegurar o processo de ensino e aprendizagem. O corpo docente ainda se completa com Professores de outras IES.

3.4. Avaliação institucional

A avaliação institucional na perspectiva do desenvolvimento institucional assenta no art. 99.º do Decreto n.º 90/09, é um processo que visa aferir a qualidade do desempenho e dos resultados alcançados pela instituição nos domínios do ensino, investigação científica e prestação de serviços à comunidade.

O PDI 2020-2035 prevê a segmentação dos processos de avaliação institucional, alvitando a avaliação interna e a avaliação externa. Através da avaliação interna, a



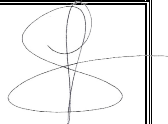
instituição coloca o propósito de auditoria interna de processos e fluxos de ensino e aprendizagem. O ISPCAB admite no período de vigência do seu PDI, avaliações externas que produzam recomendações e determinações ao serviço da ciência, do conhecimento e da inovação.

3.5.Pressupostos sustentadores dos valores

Para a afirmação do ISPCAB, a actuação dos seus actores, desde promotores, professores e comunidade académica a nível da organização administrativa, do ensino e da componente científica de intercâmbio e cooperação, deve assentar no respeito de valores institucionais.

A promoção do desenvolvimento institucional no período de vigência do PDI assenta na promoção e defesa dos valores, havendo estratégias e políticas que induzam os processos de transformação:

- ❖ **Promoção de excelência académica, humanismo e solidariedade:** o ciclo inicia pelo processo de recrutamento de docentes, entrando para o quadro de pessoal docente, cidadãos com qualificação académica e profissional correspondente aos requisitos previamente definidos nos regulamentos. Ao longo dos processos de ensino e investigação, os professores promovem uma convivência baseada em relações humanas e ajuda mútua.
- ❖ **Estreitamento da relação entre os pilares de ensino e extensão:** A instituição assegura elevar o trabalho dos docentes para a sua utilidade social, através de projectos com incidências na comunidade.
- ❖ **Boa prática de gestão académica e administrativa:** enquadramento institucional das subdireções administrativa, académica e vida estudantil como áreas estratégicas que promovem as boas práticas nos domínios da gestão administrativa e gestão do currículo para assegurar as facilidades no acesso por parte dos estudantes, docentes e outros actores do processo de ensino.
- ❖ **Imparcialidade no tratamento de docentes e discentes:** Nas suas políticas de gestão dos recursos humanos, a instituição estabelece procedimentos e práticas claras que todos os membros da comunidade académica sujeitam-se, em pé de igualdade. Com base nos postulados internos de tratamento dos recursos humanos, a instituição promove a neutralidade e justiça na sua isenção em situações pouco abonatórias no contexto da ciência e do conhecimento.

- 
- ❖ **Respeito e valorização dos direitos humanos:** O processo de ensino na instituição decorre em ambiente democrático, não admitindo posturas que violem os direitos das pessoas que participam do processo. A afirmação da sua identidade como instituição de ensino superior, passa por valorizar a condição humana e o conhecimento crítico, nos marcos da ciência e das normas que regem o ensino superior.

IV: DISPOSITIVOS ORGANIZACIONAIS E GOVERNANÇA

No âmbito do presente PDI, os dispositivos organizacionais são instrumentos materializados pelas áreas funcionais do ISPCAB no sentido de assegurar um processo governativo, funcional e pedagógico-científico harmonioso.

4.1. Conselho Directivo e áreas estratégicas

O Conselho directivo é o órgão que dirige a instituição, composto por Director Geral, Director Geral adjunto dos assuntos científicos e pós-graduação, Director Geral adjunto dos assuntos pedagógicos e vida estudantil e Secretário-geral. Portanto, o modelo de gestão em vigor no ISPCAB, responde o estabelecido no art. 62.º do Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro.

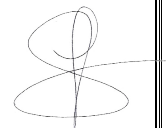
Definiu-se como áreas estratégicas na perspectiva da continuidade estrutural e funcional, as subdireções científica e pós-graduação e académica e vida estudantil.

4.2. Perfil do Corpo Executivo

O corpo executivo no modelo institucional vigente contempla funções de coordenação por curso, exercendo funções departamentais. Cada curso é coordenado por um chefe de Departamento, nomeado pelo Director Geral. As habilitações académico-profissionais dos chefes de departamento estão adequados ao curso respectivo.

O perfil de cada chefe de departamento é definido pelo requisito graduação no respectivo curso e pós-graduação. De acordo com disposições regulamentares e funcionais vigentes, a actividade do chefe de departamento se enquadra nas funções de:

- Concepção de propostas dos horários de aulas;
- Supervisão das aulas do curso;



- Presidir reuniões com docentes do curso;
- Atendimento aos estudantes no processo de ensino aprendizagem;
- Outras funções de coordenação do curso.

4.3. Perfil dos Recursos Humanos

A força de trabalho do ISPCAB é constituído por docentes, pessoal de apoio administrativo e auxiliar. Já a comunidade académica alberga todos os agentes activos do processo de ensino. O estudante é o ponto de partida e de chegada do processo de ensino-aprendizagem no ISPCAB. Os feitos da instituição são medidos por vários indicadores. O corpo discente é dos indicadores mais relevantes na existência do ISPCAB. Na perspectiva do desenvolvimento institucional, procura-se incentivos para que os discentes sejam produtores do conhecimento e da inovação.

4.3.1. Processos de contratação

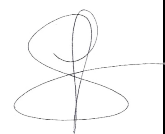
Na sua efectividade de 2018, o ISPCAB comportou um total de 129 docentes, 26 funcionários não docentes adstritos aos órgãos da instituição, cuja distribuição se espelha nos quadros abaixo:

Quadro 9 - Distribuição dos docentes por grau académico em 2018

Titulação Académico-profissional	Fr.	%
Docentes com grau de Doutor	7	5.4
Docentes com Grau de Mestre	30	23.3
Professores Assistentes Estagiários e Monitores	92	71.3
Total	129	100

Fonte: Serviços académicos do ISPCAB

Os outros elementos caracterizadores da força de trabalho do ISPCAB, atendendo aos propósitos de crescimento e desenvolvimento são apresentados nos anexos.



4.3.2. Modelo de contrato-promessa

Trata-se de um documento que formaliza a pretensão da celebração de um contrato de trabalho e ou de prestação de serviços. O modelo de contrato-promessa assegura um compromisso firmado entre a instituição e o futuro docente ou funcionário não docente. Na prática, este desiderato é preenchido sob proposta do respectivo chefe de departamento, no caso de pessoal para docência e pelo Secretário-geral no caso de pessoal a integrar o quadro de funcionários não docentes. Atendendo as premissas de crescimento e desenvolvimento, este documento passará a constituir o início da relação jurídica-laboral, requerendo as assinaturas das partes. Substitui qualquer outra formalidade de contratação de pessoal para integrar o quadro probatório. O Contrato-promessa passará a vigorar nos primeiros 12 meses de trabalho, devendo ser analisada e decidida a celebração do contrato de trabalho e ou de prestação de serviços.

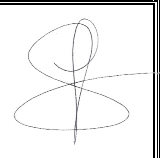
4.3.3. Modelo de Contrato para docentes, pessoal administrativo e auxiliar

A prestação de serviços por investigadores, professores ou docentes universitários assenta nos pressupostos definidos em contratos específicos. Conforme referido anteriormente, no recrutamento de docentes, passa a vigorar a assinatura de um contrato-promessa, cuja relação se mantém durante o período probatório. Decorrido o período probatório, o docente aprovado deve celebrar contrato de trabalho e ou de prestação de serviços através da área de recursos humanos. Na celebração do contrato, prevalece a legislação laboral angolana e especificidades aplicadas ao subsistema de ensino superior. Os investigadores e professores convidados devem aceder a instituição mediante convénios e acordos de cooperação científico-académica.

4.4. Relações institucionais

Na administração moderna, as relações institucionais ocupam um lugar cimeiro da componente estratégica institucional. O ISPCAB baseia as suas relações institucionais em acordos de parceria, cooperação e intercâmbio com instituições públicas, privadas e público-privadas. Desde a sua chegada a Cabinda, a instituição formalizou em documentos estratégicos, 3 (três) acordos de parcerias e cooperação com as seguintes instituições:

- Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local, da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto - CPPPGL;

- 
- Secretaria Provincial da Saúde, do Governo Provincial de Cabinda - SPS;
 - Cabinda Gulf Oil Company – CABGOC

V: PREMISSAS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

O PDI tem como principal objectivo, evidenciar as linhas mestras geradoras do crescimento e desenvolvimento da instituição. É fundamental que estejam claros, os objectivos de médio e longo prazo, as estratégias de actuação institucional no contexto da competitividade e das orientações das entidades públicas, bem como os principais elementos inerentes ao ensino de qualidade e afirmação científica.

5.1.Objectivos estratégicos

Os objectivos estratégicos do PDI apresentam-se como eixos de intervenção institucional que visam orientar as estratégias de crescimento e desenvolvimento.

5.1.1. Alinhar a instituição ao contexto regional

O contexto regional caracteriza-se pela existência de outras instituições de ensino superior, sobretudo àquelas que ministram cursos similares na graduação, contidos na oferta formativa do ISPCAB. No âmbito do PDI, prevalece a estratégia de criar novos cursos, optando por cursos inexistentes na Província de Cabinda.

5.1.2. Fortalecer a instituição para os desígnios nacionais do ensino superior

As tendências legislativas do subsistema de ensino superior em Angola motivadas pelo agressivo crescimento e pela evolução tecnológica e científica do mundo chamam o ISPCAB a alinhar-se aos efeitos da inovação. Na fase de implementação do PDI, é fundamental promover fóruns e conferências sobre a evolução legislativa do subsistema de ensino superior, calendarizar e cumprir eventos científicos e académicos nesse sentido.

5.1.3. Afirmação académica e científica

No domínio da afirmação académica e científica, o ISPCAB continuará a sua missão, como instituição privada de ensino superior, cujos pressupostos da sua identidade científica, assentam no ensino de qualidade, na excelência da organização administrativa e pedagógica, no estreitamento da sua comunicação institucional, extensão, intercâmbio

e cooperação estratégica. O PDI traduz a intenção nos investimentos a realizar para alcançar os objectivos estratégicos do período 2020-2035. Portanto, se prevê:

- ❖ Consolidação do projecto pedagógico em vigor;
- ❖ Criação de 4 (quatro) novos cursos de graduação;
- ❖ Investimentos na componente de extensão universitária;
- ❖ Criação e implementação de cursos de pós-graduação;
- ❖ Titulação de projectos de pesquisa aplicada;
- ❖ Institucionalização do Centro de Pesquisa e Extensão Universitária – CEPEU-ISPCAB.

5.1.4. Cooperação, Intercâmbio e Internacionalização

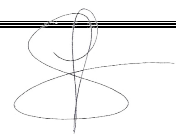
No domínio da cooperação e intercâmbio, no período de vigência do PDI, a instituição pretende incluir na sua carteira de relações institucionais, organizações com as quais mantém relações estratégicas, e abrir novas parcerias conforme se seguem:

❖ DAS EXISTENTES:

- CPPPGL, Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local, Faculdade de Direito da UAN
- Secretaria Provincial da Saúde do Governo Provincial de Cabinda
- Cabinda Gulf Oil Company – CABGOC.

❖ NOVAS PARCERIAS E COOPERAÇÃO:

- Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas - ex. IFAL, Actual ENAPP, Luanda, Angola;
- Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto - UAN, FE, Luanda, Angola;
- Universidade Óscar Ribas - UOR, Luanda, Angola;
- Universidade Católica de Angola - UCAN, Luanda, Angola;
- Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias -ISUPE – EKUIKUI II, Huambo, Angola;
- Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências - INSUTEC, MOÇAMBIQUE, Instituição Privada;
- Sharda University, Greater Noida, Uttar Pradesh, Índia;

- 
- Instituto de Economia e Gestão da Universidade do Minho em Portugal;
 - Centro Universitário UNIFIEO, em São Paulo. Brasil;

5.2.Ciclos estratégicos

Pelo presente PDI, define-se como ciclo estratégico o período correspondente a 5 anos lectivos. Os projectos educativos a implementar no quadro do crescimento e desenvolvimento são enquadrados por meio de Projectos pedagógicos ou projectos de eventos científicos. Para cada projecto, deve ser elaborado um documento orientador que obedeça requisitos definidos pelo Ministério do Ensino Superior e outra legislação complementar.

5.2.1. Período 2020 – 2025

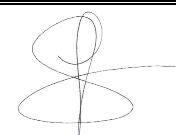
Neste período, a instituição projecta:

- 5.2.1.1. Concepção do Projecto educativo conducente a criação do curso de graduação em Economia e Gestão;
- 5.2.1.2. Concepção do Projecto educativo visando a criação dos cursos de formação avançada;
- 5.2.1.3. Promoção de debates académicos sobre a revisão curricular do Projecto Pedagógico vigente;
- 5.2.1.4. Promoção da capacitação docente em agregação pedagógica;
- 5.2.1.5. Promoção de eventos científicos na dimensão de: jornadas científicas e de iniciação científica, fóruns, conferências e mesas redondas;
- 5.2.1.6. Institucionalizar cursos avançados de curta duração;
- 5.2.1.7. Primeiro curso de agregação pedagógica dirigido aos docentes.

5.2.2. Período 2025 – 2030

No âmbito das estratégias de crescimento e desenvolvimento, o período 2025-2030 estabelece como elementos de actuação institucional, as políticas e estratégias conducentes a materialização dos propósitos:

- ✓ Restruturação orgânica e funcional, tendente a agrupar os cursos por departamentos, alinhando-se ao contexto legal instituído;
- ✓ Reedição dos cursos de mestrado e Pós-graduação profissionalizante;



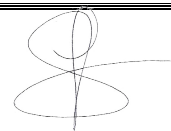
- ✓ Revisão curricular dos cursos de graduação em Enfermagem, Arquitectura e Urbanismo e Engenharia informática;
- ✓ Projecto educativo conducente a criação dos cursos de graduação em Odontologia, Contabilidade e Auditoria e Análises Clínicas e Saúde Pública;
- ✓ Institucionalizar o Fórum – ISPCAB – Ensino, Pesquisa, Extensão Universitária e Inovação, como instrumento de consolidação na prestação de serviços a comunidade;
- ✓ Institucionalizar a Revista Académica – ISPCAB – Titulação, Produção Científica e Responsabilidade Social;
- ✓ Criação do Centro de Pesquisa e Extensão Universitária do Instituto Superior Politécnico de Cabinda - CEPEU- ISPCAB;
- ✓ Revisão curricular dos cursos de graduação em Relações Internacionais e Gestão e Contabilidade, visando adequar as disciplinas complementares ao contexto;
- ✓ Segundo curso de agregação pedagógica dirigido aos docentes.

5.3.Estratégias de Crescimento

O crescimento da instituição explica-se pela exploração de novos elementos no seu projecto educativo. A estratégia do surgimento de novos cursos de graduação, a implementação de cursos avançados de curta duração, profissionalizantes e mestrados afigura-se como uma estratégia segura de crescimento.

5.3.1. Novos Cursos de licenciatura

Os novos cursos de graduação previstos no presente PDI estão alinhados a estratégia nacional de formação de quadros no ensino superior, com realce na necessidade de direccionar o ensino nas tecnologias, saúde e inovação. A instituição prevê, neste domínio, a criação de cursos pouco explorados na Região académica III.



5.3.2. Pós-graduação profissionalizante

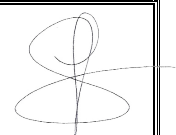
A profissionalização no ensino superior na óptica do presente PDI, visa formar quadros com graduação direcionando-os para o trabalho, através de metodologias que privilegiam a componente da pesquisa aplicada. Através deste desiderato, serão formados quadros graduados pelo ISPCAB e outras IES nos cursos de Pós-graduação, visando a sua capacitação profissional e ou especialização. Pese embora, Angola possuir algumas debilidades no domínio legislativo nesse segmento, os projectos titulados poderão suscitar impacto na comunidade académica e não só. Trata-se de um segmento não explorado ao nível da Região Académica III, contido na estratégia de desenvolvimento institucional do ISPCAB.

5.3.3. Pós-graduação conducente ao grau académico

Os cursos de Pós-graduação *stricto sensu* do Instituto Superior Politécnico de Cabinda propõem-se a formar pesquisadores - mestres académicos em Economia, Gestão e Desenvolvimento, comprometidos com Angola no geral e a Região Académica III, em particular, capacitados para a pesquisa económica nos sectores público e privado e aptos a avaliar criticamente a realidade local e global. Para esse propósito, foi realizado ao longo dos anos da existência do ISPCAB, a necessidade do aperfeiçoamento técnico-profissional dos egressos formados ao longo da implementação dos cursos de graduação. Assim sendo, muitos licenciados reclamam a oportunidade de realizar a sua pós-graduação sem ter a necessidade de ir ao exterior do País ou mesmo deixar a sua província na qual possuem raízes culturais. A este desiderato, junta-se a necessidade do aperfeiçoamento e capacitação de docentes e pessoal administrativo.

5.3.4. Organização da pesquisa aplicada

No quadro do desenvolvimento institucional, aponta-se a relevância de se compreender que a ciência é o conhecimento que pode ser submetido a condições de observação de diversas fontes e práticas. A ciência tem que ver com experimentação que passa a ser o seu critério material, augurando consistência lógica. No período de vigência do PDI, o ISPCAB vai incentivar a titulação de projectos baseados em estudos práticos, através da realidade local e regional.



5.4.Premissas de reorientação orgânica e funcional

As actuais funções enquadradas na orgânica mostram-se insuficientes em relação aos principais desafios nos domínios da ciência e da inovação perante as premissas de crescimento e desenvolvimento do ISPCAB. Os fundamentos da revisão estrutural e funcional assentam no modo de organização das áreas funcionais executivas, administrativas e financeiras.

5.4.1. Modelo da Estrutura organizacional

No âmbito do desenvolvimento institucional, a estrutura deve ser revista. Enquadrar as funções de comunicação institucional, cooperação e intercâmbio ao nível executivo.

A supraestrutura permanece na configuração actual, sendo flexível em função da normalização do ensino superior em Angola. O PDI admite ligeira alteração na formulação da designação institucional sendo: **5.4.1.a).** Director geral, três (3) pelouros, atendendo as áreas **5.4.1.b)** científica e pós-graduação, **5.4.1.c)** académica e vida estudantil e **5.4.1.d)** direcção administrativa, tecnologia e Recursos humanos.

5.4.2. Modelo da Função departamental

O PDI estabelece linhas de actuação que conduzirão a reorganização estrutural e funcional a nível departamental, pretende-se que na fase crucial, os cursos sejam classificados por área científica, agrupando-os em três departamentos, designadamente:

5.4.2.1. Departamento de Ciências de Saúde:

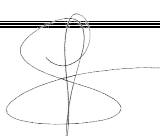
Congregando os cursos de graduação em Enfermagem, Odontologia, Análises Clínicas e Saúde Pública.

5.4.2.2. Departamento de Tecnologias e Engenharias

Albergar os cursos de Arquitectura e Urbanismo e Engenharia Informática.

5.4.2.3. Departamento de Ciências Sociais

Reunir os cursos de Gestão e Contabilidade, nas especialidades de Gestão de Empresas e Gestão Bancária, Relações Internacionais, nas especialidades de economia e política, Economia e Gestão e Contabilidade e Auditoria.



Obs: Na fase seguinte, poderá se procurar descontinuar o curso de gestão e contabilidade, enquadrando a sua actuação nos demais cursos do departamento de ciências sociais.

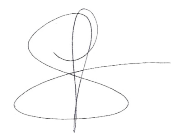
5.4.2.4. Departamento de Comunicação Institucional, Cooperação e Intercâmbio

O Departamento de Comunicação Institucional, Cooperação e Intercâmbio - DECICI, surgirá como elemento fundamental na promoção de programas e projectos no domínio da comunicação institucional, marketing, negociação de parcerias e estudos sobre a imagem do ISPCAB a nível interno e externo. Também é o mentor das avaliações em termos de cooperação e intercâmbio.

5.4.3. Modelo dos Serviços administrativos e auxiliares

Os serviços administrativos asseguram a execução de tarefas complexas nos domínios de organização administrativa, área de ensino, assuntos científicos, bibliotecas e apoio aos departamentos. Para a promoção de eficiência institucional, garantindo as funções auxiliares de limpeza, embelezamentos, arrumos e economato. O pessoal deve ser distribuído, de acordo com as suas atribuições funcionais em categorias, nomeadamente:

- 5.4.3.1. Técnicos superiores nas áreas de ciências sociais (Contabilidade, gestão, direito e sociologia);
- 5.4.3.2. Técnico superior na área de ciências da educação, para assegurar funções de apoio administrativo e concepção de pareceres e estudos estratégicos de inserção académica e vida estudantil;
- 5.4.3.3. Técnicos superiores nas áreas dos cursos de graduação do ISPCAB, devendo possuir formação específica para as funções de coordenação dos cursos;
- 5.4.3.4. Técnicos médios para as funções de auxiliar de administração, informática e secretariado executivo;
- 5.4.3.5. Operários para as funções auxiliares de segurança, economato, limpeza e arrumos;
- 5.4.3.6. Motoristas e pessoal de protocolo e Relações públicas, para assegurar os eventos, dentro de uma política a definir.



5.4.4. Edificações

De acordo com o faseamento da construção do novo Campus do ISPCAB, o projecto prevê a consolidação dos cursos actuais de forma a ter um crescimento sustentado, e atingir em velocidade de cruzeiro, cerca de 1.500 alunos por período, base suficiente para a solidificação da Instituição. As premissas do desenvolvimento estabeleceram como grande aposta de futuro, a formação pós-graduada, que daria maior autonomia a nível de captação de docentes e a nível de captação de receitas.

Um dos eixos é, ISPCAB Projecto de Desenvolvimento 2012-2022, prevendo o CAMPUS, cuja implantação compreende uma área de cerca de 10 ha, na cidade de Cabinda, numa encosta recheada de árvores e vegetação que se pretendia manter. A vertente desportiva fica acautelada com a presença de um recinto polidesportivo no terreno em frente.

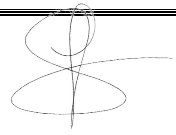
A Construção do Campus terá as seguintes valências:

- Edifícios para as Aulas teóricas, prática e teórico-práticas;
- Serviços Administrativos;
- Laboratórios;
- Anfiteatro para aulas conjuntas e Congressos;
- Cantina (refeitório);
- Biblioteca;
- Estacionamento para 26 viaturas;
- Espelho de Água.

No domínio de instalações, o ISPCAB adquiriu em 2006 um terreno com 116m por 100m, na zona de Buco Ngoio, zona de forte implantação urbanística, sendo que, uma vez concretizadas será das primeiras em Cabinda a ser totalmente doptada de infraestruturas sanitárias e eléctricas.

5.5.Estratégias de implementação de novos cursos de licenciatura

A instituição ministra 5 cursos de graduação e no âmbito do seu crescimento e desenvolvimento pretende criar quatro (4) novos cursos, passando para nove (9), o total de cursos de graduação. Os cursos foram pensados na perspectiva de agrupá-los em três departamentos.



5.5.1. Curso de licenciatura em Economia e Gestão

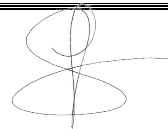
Propõe-se a criação deste curso, a funcionar pela primeira vez no ISPCAB, a partir do ano académico de 2025. O funcionamento do curso valorizará a profissão na região e o reconhecimento da importância social dos professores e estudantes. A expectativa é que a inserção do curso no contexto socioeconómico local se efective, e com ele, se catapulte o crescimento socioeconómico da região, com a participação dos estudantes e professores em estudos e investigações formuladas a partir dos desafios do desenvolvimento económico. Esta expectativa só será satisfeita se for constante, nos actos e acções, a preocupação de produzir um ensino de qualidade. Entre os três tipos de soluções previstas no Plano Nacional de Formação de Quadros – PNFQ para o reforço da capacidade nacional de formação de quadros ao nível de graduação, encontram-se as ciências económicas com uma previsão de necessidades totais até o ano 2020, para o qual até essa data, se terá uma capacidade de formação das IES actuais em Angola numa previsão de oferta interna de poucos profissionais. Comporta 4 (quatro) áreas de conhecimento: Gestão de Recursos Humanos, Gestão Empresarial Aplicada, Gestão Financeira, Gestão de Desenvolvimento Económico.

O curso está alinhado aos futuros projectos educativos da instituição na medida em que o Departamento de Ciências Sociais assume os cursos de formação avançada. Trata-se de um curso inexistente na Região Académica III, sendo o ISPCAB a primeira IES a abrir o mesmo, o que proporciona valências no campo da competitividade.

5.5.2. Curso de licenciatura em Odontologia

O Curso de Graduação em Odontologia deverá ter um projeto pedagógico, construído nos marcos dos valores da instituição, colectivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador do processo ensino-aprendizagem.

O projecto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência. As Diretrizes Curriculares e o Projecto Pedagógico deverão orientar o Currículo do Curso de Graduação em Odontologia para um perfil académico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural. O projecto pedagógico deverá ser ainda uma proposta



de trabalho integrado que descreverá um conjunto de capacidades a serem desenvolvidas em contexto de saúde dentária.

Sendo um curso da oferta formativa da UPRA, dentro da estratégia de crescimento e desenvolvimento, será feita a contextualização do PPC em vigor. A organização do Curso de Graduação em Odontologia do ISPCAB deverá ser definida pelo respectivo departamento de ciências de saúde, onde se enquadra o curso, que indicará os elementos inerentes ao seu impacto e pertinência na região.

Para conclusão do curso de graduação, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente. É importante e conveniente que a estrutura curricular do curso, preservada a sua articulação, contemple mecanismos capazes de lhe conferir um grau de flexibilidade que permita ao estudante desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potencialidades.

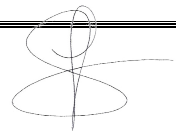
5.5.3. Curso de licenciatura em Contabilidade e Auditoria

O curso de graduação em Contabilidade e Auditoria, apesar de consistir numa das saídas do actual Projecto pedagógico do curso de gestão e contabilidade, ela vem requerendo desanexação, criando um curso com a respectiva designação. É um dos cursos com maior procura no seio dos cursos das ciências económicas na Região Académica III.

O mundo vive um ambiente caracterizado por mudanças e inovações sucessivas que exigem aos analistas financeiros e técnicos superiores de Auditoria assumirem um papel decisivo no apoio às decisões dos gestores, quer sejam do sector público como do sector privado para darem respostas às exigências. O contexto do mundo empresarial requer recursos humanos, cada vez mais qualificados a todos os níveis, com sólida formação científica, técnica e humana.

O curso surge numa altura em que a Província de Cabinda em particular e a República de Angola no geral, necessita cada vez mais de técnicos superiores de apoio às decisões dos gestores das organizações públicas e privadas.

O Curso comporta duas grandes áreas científicas: a gestão financeira permite aos licenciados uma formação para actuar nos diferentes níveis e funções da condução das finanças nas empresas públicas e privadas e; a contabilidade e Auditoria, conferindo os conhecimentos necessários para apoiar as funções de controlo, tomada de decisão



empresarial, desempenho profissional como revisor de contas ou ainda para exercer as funções próprias de quadros médios e superiores de Finanças e Contabilidade.

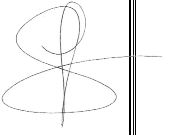
Concernente ao perfil dos futuros quadros, pretende-se que o programa da licenciatura articule uma formação generalista de grande qualidade com a possibilidade de uma especialização em Auditoria de Gestão e Auditoria Financeira. O programa será concebido de forma integrada, tendo em vista a necessidade de fornecer uma formação completa dos futuros Analistas Financeiros e Revisores de contas. Esta integração resulta, em primeiro lugar, de uma estrutura curricular que integra de forma harmoniosa as disciplinas de base.

5.5.4. Curso de licenciatura em Análises Clínicas e Saúde Pública

As sociedades actuais no geral e a região académica III em particular, necessitam de uma ciência integrada às novas exigências da ciência da tecnologia e da inovação no sector da saúde. Além do mais, o uso das novas tecnologias, novos parâmetros ambientais e novas possibilidades de inserção social, considerando, principalmente, a procura por acções de responsabilidade social. Nesse sentido, objectiva-se que no quadro do crescimento e desenvolvimento do projecto pedagógico institucional, sejam concretizados os propósitos alinhados ao desenvolvimento das ciências médicas e de saúde.

Num contexto como o da sociedade angolana, de baixa escolarização da população jovem e adulta, sobre tudo na área de saúde, a oferta de cursos de graduação com um pendor de qualidade contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, além de coadunar-se à necessidade de se elevar os níveis de escolaridade dos segmentos da população. Dessa forma, a oferta deste curso, cumprirá com os objectivos sociais do ISPCAB, que consiste em ofertar ensino de qualidade.

De acordo com o pré-projecto deste curso, o Técnico em Análises Clínicas e Saúde Pública é o profissional que auxilia e executa actividades padronizadas de laboratório tanto automatizadas quanto técnicas clássicas necessárias ao diagnóstico, nas áreas de Parasitologia, Microbiologia Médica, Imunologia, Hematologia, Bioquímica, Biologia Molecular e Urinálise, com vista a promoção do bem-estar e da saúde pública. Colabora em equipas multidisciplinares na investigação e na implantação de novas tecnologias



Biomédicas relacionadas às Análises Clínicas. O Projecto Pedagógico do Curso será concebido, concentrando-se em duas grandes áreas:

- Análises clínicas;
- Saúde Pública.

5.6. Segmento da profissionalização e especialização

Os cursos de pós-graduação profissionalizante enquadram-se na estratégia de crescimento e desenvolvimento do ISPCAB. A instituição possui um corpo docente com cerca de 69,4% de licenciados pelo que, a necessidade da superação e qualificação académica é uma aposta considerada no quadro da sua estratégia de crescimento e desenvolvimento. Muitos licenciados da sua oferta formativa, buscam cursos de formação avançada em outras instituições, porque o ISPCAB, apesar de contemplar na sua orgânica este segmento, não estava em condições para os devidos efeitos. No quadro do presente PDI, se pensa na efectivação dos cursos de Especialização, através do Programa de Formação Avançada.

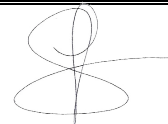
5.6.1. Cursos avançados de curta duração

Os cursos avançados de curta duração contidos no PDI serão criados em obediência aos resultados das reflexões científico-académicas do Conselho Pedagógico-científico. Os cursos deverão obedecer a aprovação interna, não carecendo de autorização do Ministério do Ensino Superior. No período de vigência do PDI, serão criados os seguintes cursos avançados de curta duração:

5.6.1.1. **Departamento de Enfermagem:** Curso Avançado de Curta Duração em Políticas de Saúde Comunitária;

5.6.1.2. **Departamento de Relações Internacionais:** Curso Avançado de Curta Duração em Diplomacia Económica e Curso Avançado de Curta Duração em Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos;

5.6.1.3. **Departamento de Gestão e Contabilidade:** Curso Avançado de Curta Duração em Finanças do Estado e Autárquicas, e Curso Avançado de Curta Duração em Gestão de Projectos de Investimento.



5.6.1.4. **Departamento de Engenharia Informática:** Curso Avançado de Curta Duração em Tecnologias de Informação;

5.6.1.5. **Departamento de Arquitetura e Urbanismo:** Curso Avançado de Curta Duração em Cidades Inteligentes e Gestão Urbana.

5.6.2. Curso de Pós-graduação profissionalizante em Gestão Aplicada

Na actualidade, há todo o interesse em os gestores de unidades da Administração Pública se socorrerem de ferramentas da gestão privada, fazendo deste modo com que a discussão em torno da gestão pública e gestão privada seja actual e interessante. O curso vem na perspectiva de uma abordagem prático-pedagógico, pelo método interdisciplinar, a fim de discutir ferramentas de gestão dentro do contexto de cruzamento entre a gestão pública, a gestão privada e a gestão estratégica das organizações. Pretende-se, direccionar a especialização em três áreas:

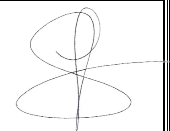
- Gestão em recursos humanos;
- Gestão em desenvolvimento organizacional;
- Gestão em finanças e gestão orçamental.

5.6.3. Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

Os desafios inerentes a mudança de paradigmas na gestão de processos públicos e de governação no Continente Africano e na República de Angola em particular promovem a procura na criação e implementação de cursos de formação avançada no domínio do desenvolvimento. No âmbito das premissas de desenvolvimento, o ISPCAB requer o curso de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento regional. As políticas públicas traduzem uma temática transversal, sendo um campo aberto.

O curso atenderá o direccionamento das políticas públicas em três eixos:

- Políticas Públicas de Integração regional;
- Políticas Públicas de diplomacia económica;
- Políticas Públicas de gestão territorial.



5.7.Orientação estratégica da formação avançada

Os cursos de formação avançada serão idealizados não somente para dar resposta a procura suscitada pela instituição, mas como também preencher uma lacuna de docentes e pesquisadores para toda região académica III do ministério do ensino superior. As dificuldades das instituições em expatriar docentes experientes e titulados em convénios e cooperação educacional, em função da crise cíclica do capitalismo também colaborou na forma decisiva de encontrarmos respostas nesse momento crucial do desenvolvimento regional de Cabinda, bem como, toda República de Angola. Buscar alternativas locais para formação dos egressos será determinante na escolha de um mestrado com características programático holístico para se atingir de forma transversal as diferentes licenciaturas da oferta formativa.

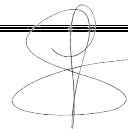
A instituição através do Conselho Científico-pedagógico irá fundamentar o pedido de autorização provisória, conforme os artigos 3.º e 5.º do Decreto Executivo nº 29/11, de 3 de Março.

5.7.1. Curso de Mestrado em Economia e Gestão Aplicada

A formação do pesquisador e mestre deste curso será holística, passando, de forma crítica e rigorosa, pelas diferentes abordagens existentes na literatura económica e de gestão aplicada a partir de um permanente comprometimento com o curso. Pretende-se que o egresso deste curso seja académico-ético, com capacidade de acção, comunicação e trabalho em equipa e uma sólida formação, a fim de atender às constantes mudanças ocorridas no cenário económico, em termos de boa governação e desenvolvimento das comunidades locais. O curso terá duas grandes áreas, Economia e Gestão.

5.7.2. Curso de Mestrado em Economia e Políticas Públicas

Este visará proporcionar uma formação sólida a nível da formação avançada, consubstanciada na titulação de projectos científicos nas questões de economia de desenvolvimento regional, economia de desenvolvimento local, políticas públicas ambientais, políticas públicas de desenvolvimento regional e elementos da macroeconomia analisados no âmbito do desenvolvimento regional. O programa de estudos irá satisfazer necessidades políticas, económicas e sociais, tendo em linha de conta os desafios que se colocam à Academia na República de Angola.



Revisitando a história, podemos afirmar que o estudo das políticas públicas em Angola ainda não tem produção. À medida que o Estado tradicional perde a sua força, torna-se necessário procurar alternativas através das quais o Estado se possa articular e prosseguir o interesse público.

O Mestrado em Economia e Políticas Públicas é orientado para as pessoas que estão envolvidas nas carreiras de ensino e investigação no ensino superior, membros dos órgãos da Administração Local do Estado, partidos políticos, organizações não-governamentais, consultores e servidores públicos que pretendam aprofundar conhecimentos em Economia e Políticas Públicas. Nesse sentido, o ISPCAB, conta já com um corpo docente de excelência.

5.7.3. Curso de Mestrado em Economia e Desenvolvimento Regional

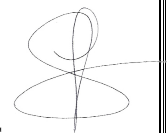
Duma forma geral, tornou-se necessário repensar o papel do Estado na condução de políticas económicas, já que parece indiscutível que perdeu a centralidade que detinha no modelo clássico e que prestava racionalidade às políticas públicas desenvolvimentistas. Na República de Angola, o tema economia do desenvolvimento é um assunto emergente. Os estudos ainda são muito poucos. Em plena era do conhecimento, o papel do Estado na economia precisa ser estudado quer no domínio académico quer no domínio profissionalizante. O curso de Mestrado ora proposto será vocacionado a fazer investigação aplicada na área da economia do desenvolvimento.

A geração e gestão do desenvolvimento é assunto da agenda do Estado. Em Angola, somente em 2012 surgiu o Centro de Pesquisa em Políticas Públicas da iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, a primeira entidade formadora e pesquisadora com cursos avançados na área de desenvolvimento.

A profissionalização, nesse sentido visa equacionar ferramentas, formulação e análise de políticas económicas aplicadas ao processo de desenvolvimento regional. Neste prisma, pressupõe-se o equacionamento de ferramentas de sociologia do desenvolvimento, desenvolvimento autárquico, sistemas de saúde comunitária, desenvolvimento humano, migração e integração regional, gestão do desenvolvimento territorial e pesquisa aplicada.

5.8. Alinhamento das Novas Tendências Pedagógicas

No quadro do seu crescimento e desenvolvimento, a instituição continuará a relevar o ensino como um processo de interação entre professores, alunos e outros agentes da



comunidade académica. Neste sentido, compreende-se que a convivência se funde nos postulados da ciência. A ciência é o conhecimento que pode ser submetido a condições de observação explícita, isto é, mediante mecanismos estruturados.

O ensino no ISPCAB consiste na concretização das condições de realização do trabalho docente. Para o período de vigência do presente PDI, não se pretende que as referidas condições sejam realizadas perentoriamente como condições pedagógicas, já que o instituto superior cumpre funções que a sociedade espera resultados concretos.

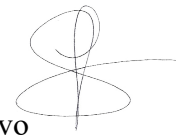
Para o desenvolvimento do ensino superior, as estratégias do ISPCAB dão primazia ao contexto e tendências pedagógicas. Utilizando critérios legais, sociopolíticos internos e globais, o PDI assegura como premissas a adaptar pelas tendências pedagógicas, as opções entre as tendências liberais e as tendências progressistas, cujo contexto resultará da apreciação de especialistas durante fóruns próprios de índole académico e a respeito do ensino na instituição.

Acima de tudo, pretende-se institucionalizar a reflexão sobre os resultados do ensino assentes nas principais tendências da pedagogia contemporânea. Para esse desígnio, há que assegurar o crescimento e desenvolvimento assente nos pilares:

- Relacionamento entre a Direcção geral e os demais membros do pelouro, responsáveis da área estratégica pedagógica e vida estudantil;
- Relações institucionais que têm como pano de fundo a captação de valências para o progresso da ciência, da tecnologia e inovação;
- Investimentos com vista a assegurar o relacionamento, professores-alunos, e o galvanizar dos pressupostos de aprendizagem;
- Nos marcos da ciência e do conhecimento, garantir as manifestações positivas na prática escolar no ensino superior;
- O ensino deve assentar nos conteúdos de ensino, métodos de ensino, papel da escola e do ensino superior, bem como a liberdade académica dos estudantes.

Neste sentido, alinhando-se na sua estratégia de desenvolvimento, o Instituto Superior Politécnico de Cabinda – ISPCAB, reafirma situar no centro do ensino superior, dois principais actores: o professor e o estudante. Não haverá estudante aprendendo sozinho, do mesmo modo, professor ensinando sozinho. Através do processo de ensino superior, compatibilizamos a cultura do estudante e a cultura da humanidade,

afectando o modo de viver e os modelos sociais enquanto parte integrante do novo paradigma da sociedade.



VI: ESTRATÉGIAS FINANCEIRAS

Sendo o Instituto Superior Politécnico de Cabinda – ISPCAB, uma instituição privada, as estratégias financeiras devem assentar no modo de diversificar as fontes de financiamento, os processos internos de organização dos eventos onerosos e as despesas correntes de funcionamento no período de vigência do presente instrumento de gestão.

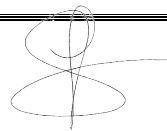
As instituições de ensino estão inseridas em um contexto caracterizado por mudanças e isto não é diferente para o ISPCAB. Durante os anos da sua existência na Região Académica III, observou-se uma demanda crescente por vagas nos cursos de graduação e pós-graduação, do outro lado da moeda, entende-se que a concorrência provocada com a abertura de novas instituições, oferta de novos cursos e diversificação de serviços chama-nos para a adaptabilidade.

No quadro do presente PDI, entende-se que as estratégias financeiras traduzirão as decisões tomadas em sede própria no campo da gestão financeira da instituição. As decisões privilegiam no quadro do crescimento e desenvolvimento a escolha de alternativas, obedecendo critérios estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional. As estratégias financeiras visarão assegurar os objectivos, a melhoria da qualidade académica, a alocação de recursos para pesquisa e inovação, desenvolvimento da infraestrutura, investimentos na internacionalização e a captação de recursos.

Apesar de reafirmar o modelo vigente, a instituição vai introduzir dentro das premissas de crescimento e desenvolvimento institucional estratégias e políticas segmentadas e enquadradas em pontos estratégicos de actuação:

6.1. Estratégias financeiras no quadro dos objectivos

As estratégias e políticas de crescimento e desenvolvimento institucional estão associadas a objectivos claros, os processos de gestão poderão estar associados a custos, devendo cumprir com os fluxos definidos pelo Director geral e pelos órgãos deliberativos da instituição. O alcance dos objectivos dependerá das práticas de planeamento e gestão estratégica dos processos de ensino, pesquisa e inovação. Neste domínio, os objectivos



devem ser especificados por áreas-chave, cabendo a área específica, enquanto centro de custo, a apresentação da componente financeira ao Director geral.

A concretização de objectivos específicos que sejam onerosos carece a apresentação de uma estrutura de custo aprovado em conselho deliberativo e submetido ao Director geral para aprovação e execução.

6.2. Estratégias financeiras de melhoria da qualidade académica

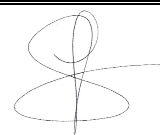
Visam promover a excelência académica, contribuir na formação e capacitação de docentes, qualidade de ensino, revisão de planos de estudo, incentivos a produção científica e assegurar um sistema de avaliação eficiente. Os eventos académicos assumem o eixo, cabendo a direcção dos assuntos académicos a apresentação da estrutura de custos que deve ser objecto de análise e aprovação em conselho pedagógico.

A direcção estratégica dos assuntos pedagógicos apresenta anualmente a estrutura de custos do I e do II semestre, cabendo ao Director geral o enquadramento dentro da política geral de gestão institucional e liberação dos recursos financeiros. A estrutura de custos deve respeitar a classificação dos eventos académicos em ciclo estratégico, eventos intermédios e eventos anuais. A estrutura de custos deve integrar o programa e sujeita a aprovação do respectivo Conselho Pedagógico. Os eventos anuais não devem solicitar financiamento no âmbito da sua realização.

6.3. Estratégias financeiras em recursos de pesquisa e inovação

A área estratégica dos assuntos científicos e pós-graduação representa dentro da estratégia de crescimento e desenvolvimento, a chave do sucesso nos domínios de investigação científica, inovação e internacionalização. O planeamento no domínio da pesquisa e inovação para a produção científica traduz um instrumento composto por diversos indicadores úteis à tomada de decisão, capazes de impulsionar o desenvolvimento do ensino superior na Região Académica III.

Os incentivos financeiros representados devem ocorrer mediante a apresentação de resultados da investigação científica por parte de professores e investigadores. Portanto, pelo período de vigência do PDI, a aplicação de recursos financeiros de domínio da pesquisa e inovação depende da aprovação do resultado da investigação pelo Conselho científico. Os planos e projectos de investigação são sujeitos de análise e aprovação em Conselho científico. Deve ser aprovado um cronograma para o professor ou investigador



apresentar os resultados da pesquisa. Não se dá dinheiro a quem está a iniciar o trabalho, dá-se a quem concluiu, apresentando resultados.

A componente de inovação é sujeita a uma apreciação do Conselho científico-pedagógico, sendo necessária uma assistência estatal, cujas estratégias cumprem o estabelecido nos eventos do ciclo estratégico. Não haverá financiamento interno para a realização do conselho. Após a apresentação dos resultados do projecto de inovação, com o parecer do MESCTI, o Professor ou investigador é contemplado com recursos financeiros contidos no projecto aprovado.

6.4. Estratégias financeiras de desenvolvimento da infraestrutura

Durante o período de vigência do PDI, a instituição funcionará no actual edifício-sede, em regime de locação. Não se descartou a necessidade e prioridade de implementar acções financeiras tendentes a investir na segunda e terceira fase da construção das futuras instalações do ISPCAB. Não está definida a pretensão de recorrer a empréstimos para financiar construções e edificações, há que se assegurar recursos de manutenção e melhorias na infraestrutura física do edifício-sede.

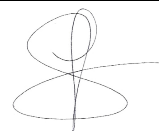
6.5. Estratégias financeiras de internacionalização

No contexto da estratégia de crescimento e desenvolvimento institucional, a internacionalização não representa um fenómeno recente. O que pode parecer “o novo” é a dimensão e direcção a seguir no período de vigência do PDI, atendendo as particularidades do desenvolvimento do ensino superior nas instituições privadas.

O ISPCAB enquadra as estratégias de internacionalização no conjunto de práticas educativas contidas na sua linha de actuação nos domínios do acesso a recursos científicos de maior confiança, maior retorno do investimento, aumento da quota de mercado, convénios estratégicos e captação de recursos disponibilizados por organizações não-governamentais e Estados estrangeiros.

Para compreender as tendências no ambiente internacional de ensino superior, estão assegurados os indicadores a controlar no período de vigência do PDI, nomeadamente:

- Diferenças entre as soberanias nacionais;
- Diferentes condições económicas;
- Lugares, épocas e experiências de desenvolvimento industrial;
- Necessidade de gestão a grandes distâncias;



- Bases comparativas da política industrial mais agressiva;
- Protecção de activos específicos;
- Habilidades nas transferências da tecnologia;
- Mercados emergentes;
- Concorrência de Países em recente desenvolvimento.

6.6. Estratégias em fontes financeiras

O financiamento da instituição conta com as comparticipações dos estudantes e outras fontes, conforme discriminado:

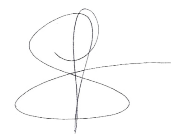
Comparticipações dos estudantes
Recursos da produção científica
Serviços de restaurante e transporte
Serviços de Biblioteca e reprografia
Financiamento externo
Comparticipações societárias
Prestação de serviços a comunidade

6.7. Estratégias financeiras de classificação dos centros de custos

No quadro do crescimento e desenvolvimento, adoptou-se oito (8) centros de custo. São unidades de gestão da instituição em que assentam os custos. As responsabilidades financeiras são exclusivas do Director geral, havendo fundos disponibilizados para a gestão corrente que é assegurada pelo Secretário-geral. O órgão de gestão assume as responsabilidades financeiras, conforme o quadro:

Quadro 10 – Centros de custos no período de vigência do PDI

N/O	Designação	Responsável	Órgão de gestão
1	Gabinete do Director geral	Secretário-geral	Director geral
2	Assuntos Académicos e estudantis	Director geral adjunto	Director geral
3	Assuntos científicos e pós-graduaç.	Director geral adjunto	Director geral
4	Programa de Formação Avançada	Coordenador da CC	Director geral
5	Serviços administrativos gerais	Secção administrativa	Secretário-geral
6	Bibliotecas e Reprografia	Bibliotecário	Director geral
7	Serviços de apoio ao estudante	DECICI, - Departamto	Secretário-geral
8	Turmas de extensão	Área Académica	Director geral



Fonte: Comissão técnica do PDI

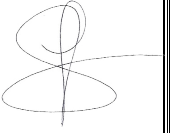
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente PDI é o resultado das reflexões e debates realizados com a comunidade académica, sob direcção do grupo técnico criado para o efeito. No decurso das discussões entre os membros do grupo técnico, este subdividiu-se em três subgrupos de trabalho interno, focando-se nos assuntos de estrutura organizacional e governança, assuntos científicos e assuntos pedagógicos. As especificidades de cada curso e ramo do saber foram reflectidas envolvendo os docentes de cada curso. A actual orgânica contempla as funções arroladas no âmbito do presente documento.

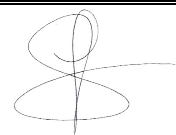
É nota de realce que o PDI elaborado poderá impulsionar os principais indicadores de crescimento e desenvolvimento, quer a nível do funcionamento dos cursos existentes, quer a nível da criação e aprovação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Para a materialização das estratégias contidas no PDI, a instituição poderá adoptar a elaboração de programas para os eventos académicos e científicos adoptando a estratégia de ciclo estratégico (5 anos), eventos intermédios (3 anos) e eventos anuais (1 ano), facilitando deste modo, a interacção entre a comunidade académica e a sociedade no âmbito da responsabilidade das IES. É, igualmente, assegurada a componente de formação do pessoal sobre tudo na elaboração de regulamentos, manuais de funcionamento dos órgãos de gestão e fluxogramas de trabalho na instituição.

As dúvidas e omissões no âmbito na interpretação e materialização do PDI são resolvidas pelo Director Geral do ISPCAB.

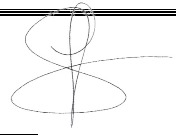


ANEXOS



ANEXO 1: Indicadores inerentes a oferta formativa

Cursos ministrados	Principais elementos caracterizadores
Graduação em Gestão e Contabilidade	O Curso consagra um plano de estudo multidisciplinar, procura dotar os licenciados de múltiplas competências capazes de lhes conferir a aptidão necessária para corresponder às exigências da moderna gestão empresarial. Comporta duas grandes áreas científicas: a gestão, permitindo aos licenciados uma formação para actuar nos diferentes níveis e funções da condução e orientação das empresas e; a contabilidade, conferindo os conhecimentos necessários para apoiar a tomada de decisão empresarial, permitir o desempenho profissional como técnico oficial de contas ou ainda para exercer as funções próprias de quadros médios e superiores de contabilidade. Tem como objectivo dotar os alunos de competências necessárias a analisar a natureza da empresa e a sua relação com o meio envolvente económico imediato e mediato, nacional, internacional e global. Saídas profissionais: Gestão de Empresas, Gestão Bancária e Contabilidade e Auditoria
Graduação em Enfermagem	A Enfermagem é um ramo das ciências da saúde que se ocupa da assistência ao ser humano no ciclo saúde-doença, em todas as faixas etárias. É, por meio da promoção, protecção, recuperação da saúde e da reabilitação, mediante a assistência de Enfermagem a pessoas, a famílias e a outros grupos de comunidades. O Curso de Enfermagem, visa formar profissionais capazes de planear, controlar, executar e avaliar actividades ligadas à promoção da saúde do homem, à prevenção das doenças e ao tratamento dos doentes, através da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes. Visa também, através de conhecimentos, experiências e actividades a embasar os processos pessoais de actuação profissional relacionados ao autodesenvolvimento como ser humano, à interacção interpessoal, ao respeito pelo homem objecto de seu trabalho, buscando através da saúde plena, sua integração ao contexto social a que pertence.
Graduação em Relações Internacionais	O Curso tem como objectivo formar profissionais aptos a actuar num mundo globalizado onde a aproximação e relacionamento dos povos se faz cada vez mais presente dotado dos conhecimentos necessários para interagir com eficiência nas esferas pública ou privada com capacidade para analisar e compreender conjunturas internacionais, elaborar e projectar cenários, negociar e conciliar interesses.
	O Curso de Arquitectura e Urbanismo, tem como objectivo geral formar profissionais qualificados para exercerem, com plenitude, sua função na produção da Arquitectura e do

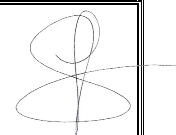


Graduação em Arquitectura e Urbanismo	Urbanismo, em todas suas fases, desde a interpretação sociológica e económica das necessidades da sociedade, para formulação de programas e elaboração de projectos, até a direcção técnica, execução e detalhamento das obras projectadas. O conhecimento da história das artes e da estética, susceptível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitectura, urbanismo e paisagismo; Os conhecimentos de teoria e de história da arquitectura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e económico e tendo como objectivo a reflexão crítica e a pesquisa; O domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planeamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infra-estrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional; Os conhecimentos especializados para o emprego adequado e económico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infra-estrutura urbana; A compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projecto estrutural, condições climáticas, acústicas, energéticas e o domínio das técnicas apropriadas, práticas projectais e soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades; As habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;
Engenharia Informática	Com duas saídas profissionais: Informática de Gestão; Engenharia de Sistemas de Informação. O licenciado em Engenharia Informática do ISPCAB é o profissional capacitado a actuar na área de projecto e programação de computadores, manutenção e actualização de sistemas, racionalização e automação das rotinas administrativas das organizações e no suporte aos seus sistemas de controlo operacional e gerencial, através da análise, projecto e implementação de sistema de processamento de dados. O Curso tem como objectivo formar profissionais de nível superior capacitados a conhecer, analisar, projectar e implementar sistemas de processamento de dados para apoio às diversas actividades. Aplicar os conhecimentos de modo a demonstrar uma abordagem profissional ao trabalho desenvolvido no âmbito da Engenharia Informática e integrar o mercado de trabalho nas áreas profissionais da Engenharia da Comunicação. Resolver problemas concretos no âmbito da concepção, desenvolvimento e gestão dos Sistemas de Informação bem

	como ser capazes de fundamentarem e comunicarem as soluções encontradas para tais problemas. Ser capaz de procurar, interpretar e seleccionar a informação relevante na área dos Sistemas de Informação, Comunicação Multimédia, Redes de Computadores e Plataformas de Programação e Desenvolvimento de Software, tomando em consideração o impacto científico, social e ético das soluções que desenvolvem com base nessa informação. Ser capazes de comunicar as suas idéias e as suas soluções tanto a grupos de especialistas da área da Informática, como a grupos de utilizadores convencionais. Ser capazes de utilizar as bases proporcionadas pelas unidades curriculares do Curso para se aperfeiçoarem e aprenderem facilmente as novas tecnologias e abordagens que vão surgindo com um ritmo crescente na área da Engenharia Informática.
--	---

ANEXO 2: Modo de organização da Associação dos Estudantes: (propósitos do PDI).

Projectos	Anos de execução		
	2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
P.1 - A Associação funciona de acordo com os Estatutos daquela Área institucional			
P.2 - A associação dos estudantes obedece a seguinte ordem: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Conselheiro, com um mandato de três anos não renovável. Deve esta, apresentar ao Conselho de Administração do ISPCAB o plano de actividades a serem realizadas ao longo de cada ano académico e no fim apresentar o relatório das actividades realizadas.			



ANEXO 3: Previsão de mecanismo de promoção de reconhecimento de mérito dos estudantes

C1: Mecanismos de promoção e reconhecimento de mérito

Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
K.1	Criar o regulamento de quadro de honra.			
K.2	Realizar sessões de avaliação comportamental.			
K.3	Atribuir Bolsas de Estudos internas e externas para Pós-graduação aos docentes bem avaliados e os neo-licenciados com mérito.			

ANEXO 4: Previsão de actividades extra-curriculares com os estudantes (desportos, música, teatro, dança)

4.C1: Actividades extra-curriculares

Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
L.1	Actividades extra-curriculares (lúdicas), são da responsabilidade da associação dos estudantes supervisionada pela direcção do ISPCAB.			
L.2	Criar espaços para prática de desporto na Instituição.			
L.3	Criar de salas para ensaios artísticos e culturais.			

ANEXO 5: Previsão de actividades de orientação vocacional, apoio psicológico, psico-pedagógico e aconselhamento de carreira

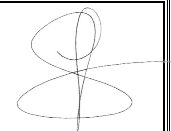
5.1: Actividades de orientação vocacional

Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
M.1	Promoção de jornadas académicas ao nível departamental e institucional, visitas diferenciados (de acordo aos objectivos de cada curso), actividades práticas, auscultação aos estudantes e direccioná-los de acordo a possíveis dificuldades.			
M.2	Nomear o Chefe de Departamento de orientação profissional e inserção no mercado de trabalho			
M.3	Criação de equipa Inter-disciplinar que envolva professores seleccionados nos respectivos departamentos.			
M.4	Criação e apetrechamento do espaço para o funcionamento dos Departamentos de Orientação profissional e Inserção no mercado de Trabalho.			

ANEXO 6: Previsão de programas de apoio técnico-pedagógico aos estudantes

6.A: Programas de apoio técnico-pedagógico

Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
N.1	Aquisição de Bibliotecas virtuais			
N.2	Criação de Videotecas			
N.3	Utilização dos tempos livres nos laboratórios para as práticas			
N.4	Criação de condições para aceder de forma livre à Internet no espaço académico			
N.5	Mediadetcas			
N.6	Laboratórios de Arquitectura e Urbanismo, Enfermagem e Informática			
N.7	Salas de leitura.			
N.8	Software de gestão administrativo-pedagógico.			
N.9	Um hospital universitário.			



**ANEXO 7: Previsão de normas de acesso a serviços de apoio aos estudantes
(cantina, posto médico, serviços bancários, ...)**

Normas de acesso a serviços de apoio aos estudantes

Projectos	Anos de execução		
	2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
Elaboração de regulamentos para acesso aos serviços de apoio			

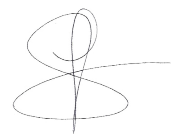
**ANEXO 8: Previsão de participação dos estudantes nos órgãos colegiais
(assembleia, conselho pedagógico)**

8.G: Participação dos estudantes nos órgãos colegiais

Projectos	Anos de execução		
	2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
Tipificado no Artigo 68º, alínea c), do Decreto 90/09, de 15 de Dezembro e no Artigo 18º, nº 3 alínea h, Artigo 54º, alínea l, do Decreto 245/11 de 08 de Setembro.			

ANEXO 9: Associação dos Estudantes: (propósitos do PDI)

Projectos	Anos de execução		
	2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
P.1 - A Associação funciona de acordo com os Estatutos daquela Área institucional			
P.2 - A associação dos estudantes obedece a seguinte ordem: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Conselheiro, com um mandato de três anos não renovável. Deve esta, apresentar ao Conselho de Administração do ISPCAB o plano de actividades a serem realizadas ao longo de cada ano académico e no fim apresentar o relatório das actividades realizadas.			



ANEXO 10: Previsão de mecanismo de promoção de reconhecimento de mérito dos estudantes

10. 1. Mecanismos de promoção e reconhecimento de mérito

Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
K.1	Criar o regulamento de quadro de honra.			
K.2	Realizar sessões de avaliação comportamental.			
K.3	Atribuir Bolsas de Estudos internas e externas para Pós-graduação aos docentes bem avaliados e os neo-licenciados com mérito.			

ANEXO 11: Previsão de actividades extra-curriculares com os estudantes (desportos, música, teatro, dança)

11.A. Actividades extra-curriculares

Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
L.1	Actividades extra-curriculares (lúdicas), são da responsabilidade da associação dos estudantes supervisionada pela direcção do ISPCAB.			
L.2	Criar espaços para prática de desporto na Instituição.			
L.3	Criar de salas para ensaios artísticos e culturais.			

ANEXO 12. Previsão de actividades de orientação vocacional, apoio psicológico, psico-pedagógico e aconselhamento de carreira

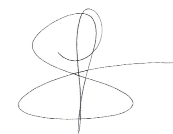
12.A: Actividades de orientação vocacional

Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
M.1	Promoção de jornadas académicas ao nível departamental e institucional, visitas diferenciados (de acordo aos objectivos de cada curso), actividades práticas, auscultação aos estudantes e direccioná-los de acordo a possíveis dificuldades.			
M.2	Nomear o Chefe de Departamento de orientação profissional e inserção no mercado de trabalho			
M.3	Criação de equipa Inter-disciplinar que envolva professores seleccionados nos respectivos departamentos.			
M.4	Criação e apetrechamento do espaço para o funcionamento dos Departamentos de Orientação profissional e Inserção no mercado de Trabalho.			

ANEXO 13. Previsão de programas de apoio técnico-pedagógico aos estudantes

13.A: Programas de apoio técnico-pedagógico

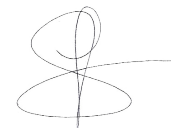
Projectos		Anos de execução		
		2023 (Curto Prazo)	2024 - 2027 (Médio prazo)	2028 - 2035 (Longo prazo)
N.1	Aquisição de Bibliotecas virtuais			
N.2	Criação de Videotecas			
N.3	Utilização dos tempos livres nos laboratórios para as práticas			
N.4	Criação de condições para aceder de forma livre à Internet no espaço académico			
N.5	Mediadetcas			
N.6	Laboratórios de Arquitectura e Urbanismo, Enfermagem e Informática			
N.7	Salas de leitura.			
N.8	Software de gestão administrativo-pedagógico.			
N.9	Um hospital universitário.			



ANEXO 14. Espaço de Ensino

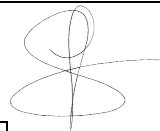
Designação	Área útil Aluno (m2)	Capacidades e Recomendações	
TEÓRICA E TEÓRICO-PRÁTICA			
Treze (13) Salas de Aulas	I - 2	Carteira individual Simples 21,6 m2/aluno (60x60x60 cm) As salas contêm vidros translúcidos de construção moderna As janelas estão numa altura de 1, 20 m altura	
Seis (06) Salas de Aulas	I - 2.1	Carteira individual Simples 21,6 m2/aluno (60x60x60 cm) As salas contêm vidros translúcidos de construção moderna As janelas estão numa altura de 1, 20 m altura	
Quatro (04) Salas de Aulas	I - 2.2	Carteira individual Simples 21,6 m2/aluno (60x60x60 cm) As salas contêm vidros translúcidos de construção moderna As janelas estão numa altura de 1, 20 m altura	
Uma (01) Sala de Aulas	I - 2.3	Carteira individual Simples 21,6 m2/aluno (60x60x60 cm) As salas contêm vidros translúcidos de construção moderna As janelas estão numa altura de 1, 20 m altura	
Anfiteatro para o Ensino	I - 2.4	Espaço para aulas com capacidade superior a 100 lugares, Sem declive com uma mobília amovível. Serve para eventos académicos e científicos, reuniões magnas e solenidades	
PRÁTICA			
Laboratórios de Ensino e Investigação	I - 3	Laboratórios com a capacidade de 25 estudantes, são laboratórios do curso de Enfermagem para ministrar aulas de (Física, Química e Biologia)	
Salas de Aulas de Informática	I - 4	Duas (2) de trabalho para as aulas de hardware e Software	
Oficina de Ensino	I - 5	Sala de Desenhos para os Estudantes do Curso de Arquitectura e Urbanismo	
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS			
Wc para o sexo masculino e Wc para o sexo feminino	I - 6	Os Wcs masculino construídos com quatro cabinas de 90x90x190 com 4 urinários Os Wcs masculino construídos com quatro cabinas de 90x90x190	
Wcs singulares em cada piso, isto é, para rapazes como para raparigas	I - 7	Construído 1 wc em cada piso de 1,5x2,0x 2,5. Sendo simples e capazes de responder à demanda.	
APOIO AO ENSINO	Área útil aluno (m ²)		
Biblioteca Geral	1m ²	Exposição de livros de uso geral para todos os cursos ministrados, incluindo as pós-graduações. Com capacidade de atender 16 estudantes simultaneamente, 3 Professores investigadores e 8 visitantes.	
Biblioteca específica	“	Exposição de livros de uso específico para o curso de Enfermagem e Mestrados ministrados pelo ISPCAB. Capacidade de atender 12 estudantes simultaneamente, 2 Professores investigadores e 4 visitantes.	
Restaurante, leitura e lazer		Área de uso geral, respeitante a restaurantes, copa, espaço para leituras e estudos sem distinção e lazer da comunidade académica.	
Parques de estacionamento		Espaço reservado para viaturas de docentes, investigadores e visitantes	

ANEXO 15: REVISÃO CURRICULAR



O projecto pedagógico vigente contempla cinco (5) cursos de graduação, cujos respectivos PPCs datam de 2008. No plano de execução do PDI, procura-se alinhar os pressupostos da revisão curricular por curso, no quadro do surgimento de novos cursos.

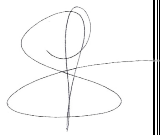
CURSO	PRESSUPOSTOS DE REVISÃO
Gestão e Contabilidade	O curso apresenta um Plano curricular de tronco comum e três (3) saídas profissionais, as disciplinas estão alinhadas aos propósitos definidos nos objectivos. A revisão curricular circunscreve-se na sequência das disciplinas e reestruturação dos conteúdos programáticos. Em 17 anos de implementação, apenas houve saídas em gestão de empresas. A necessidade da revisão curricular visa conferir outras valências. Reduzir de 5 para 4 anos a duração do curso e as saídas profissionais de 3 para 2. Integrar disciplinas do processo de harmonização curricular, emanado pelo MESCTI.
Enfermagem	O actual Projecto Pedagógico abrange uma saída profissional em enfermagem geral, as disciplinas estão expostas de acordo com os objectivos. A revisão curricular assentará na redefinição dos ciclos, ciclo básico, ciclo clínico e estágio curricular. Revisão dos conteúdos e disciplinas, alinhando-se aos propósitos técnico-científicos na formação de enfermeiros superiores capazes de dar respostas aos desafios actuais. O ciclo básico, realiza-se em seis (6) semestres. No ciclo clínico, os estudantes tomarão contacto com unidades hospitalares durante três (3) semestres. O curso deve incluir especificidades na realização de estágios profissionais.
Relações Internacionais	O Projecto pedagógico em vigor desde 2008, explora as relações internacionais nos eixos da política e economia, sem no entanto ter lançado profissionais nas duas áreas de profissionalização. A revisão assentará na designação do curso e exploração de mais conteúdos vigentes nessa área de conhecimento. Desde o 1.º ano, definir entre Relações económicas internacionais e Relações internacionais e ciência política. Proceder a revisão do plano de estudos, visando a sua adequação ao contexto actual das relações internacionais.



	Conferir aos profissionais, competências para intervir na diplomacia económica, na política internacional, na segurança internacional e nos estudos estratégicos internacionais. O curso continuará a ser realizado em 4 (quatro) anos.
Engenharia Informática	Integrado na área de engenharias, o curso realiza-se em 5 (cinco) anos. No âmbito do debate com os especialistas da área, percebe-se a existência de conteúdos que requerem algumas melhorias de actualização. O curso vem requerendo uma reestruturação, fazendo coincidir o seu tronco comum em três saídas profissionais. Atender o processo de harmonização curricular. A revisão poderá incidir na inclusão de disciplinas nucleares de integração e de especialização.
Arquitectura e Urbanismo	Da área de engenharias e tecnologias, o curso realiza-se em 5 anos e pretende manter este horizonte. A revisão parcial assentará na actualização dos conteúdos do plano de estudos. Trata-se do curso com menor demanda sobre a temática da revisão curricular.

ANEXO 16: Quadro descritivo das funções da estrutura orgânica do PDI

Item	Designação	Descrição de funções
1.00	Director Geral	Entidade máxima que dirige a instituição, representando-a diante do Estado e de terceiros. É nomeado pelo CA da UPRA.
1.01	Director geral adjunto do pelouro de assuntos científicos e pós-graduação	Docente com categoria de Professor, nomeado pelo Director geral, que exerce funções por delegação, nos domínios de organização de eventos científicos, inovação, extensão universitária e projectos educativos, realiza atendimento especializado.
1.02	Director geral adjunto do pelouro de assuntos académicos e vida estudantil	Docente com categoria de Professor, nomeado pelo Director geral, exerce funções delegadas nos domínios de organização de eventos académicos e relacionados a vida estudantil. Atendimento especializado
1.03	Secretário-geral	Funcionário/docente, nomeado pelo Director geral, exerce funções administrativas, financeiras, recursos humanos, tecnologias de informação e outras por delegação. Acumula as funções administrativas de apoio instrumental ao Director geral.
2.00	Chefe de Departamento de ciências de saúde	Docente com categoria de Professor, licenciado em ciências médicas ou de saúde, nomeado pelo Director geral, exerce funções executivas, através da cooperação institucional com o corpo directivo.
2.01	Chefe de Departamento de ciências sociais	Docente com categoria de Professor, licenciado num dos cursos de ciências sociais, nomeado pelo Director geral, com funções executivas.

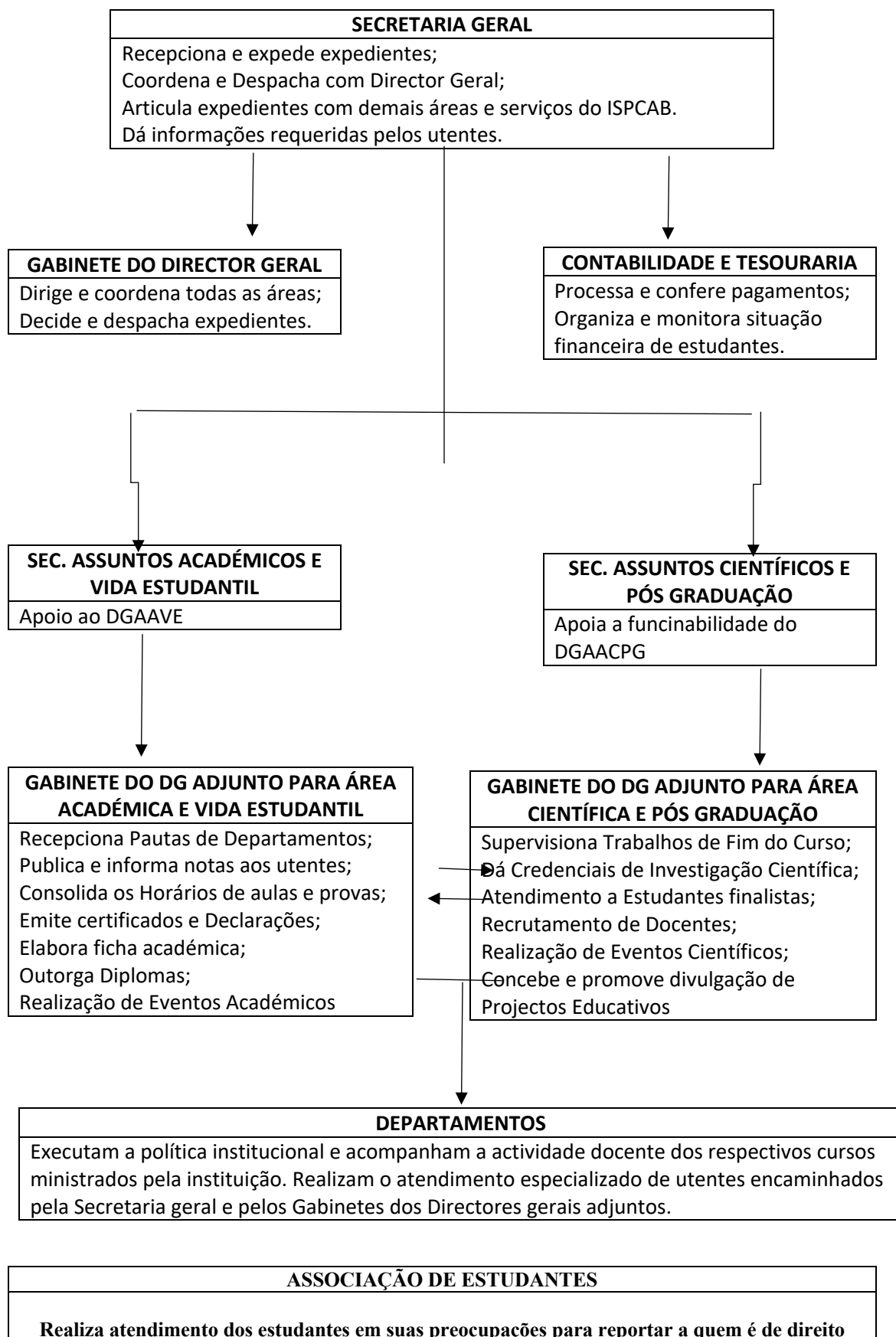


2.02	Chefe de Departamento de Engenharias e Tecnologias	Docente com categoria de Professor, licenciado num dos cursos de engenharia e tecnologias, nomeado pelo Director geral, exerce funções executivas na organização e direcção dos cursos do respectivo Departamento.
2.03	Chefe de Departamento de Comunicação institucional, cooperação e Intercâmbio	Funcionário/docente licenciado em ciências sociais, nomeado pelo Director geral, exerce funções delegadas em matéria de intercâmbio, cooperação académica e científica, comunicação institucional, imprensa e marketing.
3.00	Coordenador do curso de enfermagem	Docente/Funcionário do Departamento de Ciências de saúde, licenciado no respectivo curso, executa funções administrativas de coordenação e apoio especializado.
3.01	Coordenador do curso de análises clínicas e saúde pública	Íden
3.02	Coordenador do curso de Odontologia	Íden
3.03	Coordenador do curso de Contabilidade e auditoria	Docente/Funcionário do Departamento de Ciências sociais, licenciado no respectivo curso, executa funções administrativas de coordenação e apoio especializado.
3.04	Coordenador do curso de Economia e gestão	Íden
3.05	Coordenador do curso de Relações internacionais e ciência política	Íden
3.06	Coordenador do curso de Arquitectura e urbanismo	Docente/Funcionário do Departamento de Engenharias e Tecnologia, licenciado no respectivo curso, executa funções de administrativas e apoio especializado.
3.07	Coordenador do curso de Engenharia Informática	Íden
4.00	Contabilista	Funcionário, inscrito na Ordem de Contabilistas e Peritos, licenciado na área, executa funções de contabilidade e finanças.
4.01	Bibliotecário	Funcionário, com formação específica, executa funções de coordenação relacionadas a biblioteca e outras atribuições regulamentares
4.02	Assistente Académico	Funcionário, licenciado em ciências de educação, assessor e secretário da área académica e vida estudantil
4.03	Secretário executivo	Funcionário da Secretaria geral, executa funções de rececionista e assistente do Secretariado
4.04	Assistente	Funcionário da área científica e pós-graduação, executa funções de atendimento da área científica e apoio aos estudantes
5.00	Motoristas e Operários	Funcionários que executam funções de apoio aos responsáveis, economato e outras atribuições regulamentares
5.01	Auxiliares	Funcionários que executam funções de limpeza, embelezamentos, operários e arrumos.

Obs: O quadro prevê um total de 30 funcionários, entre docentes, especialistas, operários e auxiliares. Os cursos de formação avançada são geridos por comissões científicas, não integrando o quadro de pessoal da instituição. Os operários, motoristas, pessoal auxiliar e outros, num total de 10.



ELEMENTOS A INTEGRAR NO DIAGRAMA DE ATENDIMENTO



Instituto Superior Politécnico de Cabinda – Oficializado por Decreto Presidencial n.
168/12, de 24 de Julho.

www.ispcab.co.ao

915126640 / 915126636

Estrada Nacional de Subantando 251, Imediações Centro de Saúde Espelho da Saúde

Director Geral Jose Manuel Braz de Cabedo Simas

